



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

---- De harmonia com o preceituado no artigo 27.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e de acordo com a convocatória feita a cada um dos membros, realizou-se no dia vinte e oito de Junho do ano dois mil e dezoito, no auditório da Escola Profissional de Salvaterra de Magos, sito na Rua Heróis de Chaves, em Salvaterra de Magos, a terceira sessão desta Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos: -

---- **Ponto um** – Actas n.ºs 4 e 5, de 25 e 27 de Abril de 2018 – Para deliberação -----

---- **Ponto dois** – Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – Para conhecimento -----

---- **Ponto três** – Informação sobre os compromissos plurianuais assumidos entre 20/04/2018 e 14/06/2018, ao abrigo da autorização prévia genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada pela Assembleia Municipal em 29/11/2017 – Para conhecimento -----

---- **Ponto quatro** – Parecer e certificação legal das contas consolidadas do Município com a AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A, referentes ao ano de 2017, prestadas pelo ROC – Revisor Oficial de Contas – Para conhecimento -----

---- **Ponto cinco** – Prestação de contas consolidadas com a AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A., relativas ao exercício do ano de 2017 – Para deliberação -----

---- **Ponto seis** – Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda – Reanálise da situação da empresa à luz do novo enquadramento jurídico – Para deliberação -----

---- **Ponto sete** – 4.ª alteração ao PDM de Salvaterra de Magos em simultâneo com a alteração à planta da RAN e da REN – proposta final – para deliberação -----

---- **Ponto oito** – II Correção material ao PDM de Salvaterra de Magos – Para conhecimento --

---- **Ponto nove** – Processo n.º 425/2005 – Reconhecimento do Interesse Público Municipal no âmbito do RERAE – Bruno Miguel Patrício Pratas – Para deliberação -----

---- **Ponto dez** – Nomeação de um representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva da Revisão do Plano Director Municipal de Salvaterra de Magos – Para deliberação

---- **Ponto onze** – Representante da Junta de Freguesia na Comissão Municipal de Protecção Civil – Para deliberação -----



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

---- **Ponto doze** – Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos – Para deliberação -----

---- No uso das competências que lhe são conferidas pela alínea c) do n.º 1 do artigo 30.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por aberta a sessão eram vinte e uma horas. -----

---- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia procedeu, por chamada, à conferência das presenças e registo de faltas, fazendo-se constar a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

---- Francisco Caneira Madelino -----

---- Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão -----

---- Marta Lídia dos Santos Casimiro Jorge -----

---- Telma Filipa Oliveira Simões -----

---- Emílio Manuel Coelho -----

---- Rui Manuel da Silva Moreira -----

---- João Pedro Caniço Marques Abrantes da Silva -----

---- Nuno Miguel Ferreira Monteiro -----

---- Francisco Monteiro Cristóvão -----

---- Daniela Filipa Pires Belas Casaca -----

---- Carlos Fatia Tezo -----

---- Dina Maria de Oliveira Monteiro -----

---- Susana Paula Pereira Veiga Alves Nunes -----

---- Mário Rui Policarpo Santana da Silva Lobo -----

---- Carlos Manuel da Silva -----

---- Cláudia Maria Gerardo Pinto Mesquita -----

---- Jorge Manuel Costa Santos da Silva -----

---- António Mendes Vieira -----

---- António de Oliveira -----

---- Flávia Margarida Oliveira Santos -----



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

---- Rosa de Jesus Gomes -----  
---- Edgar Manuel Cunha dos Santos -----  
---- João Batista de Oliveira -----  
---- Rui Manuel Duarte da Silva -----  
---- Joaquim António Correia Cardoso -----

---- Além da presença dos senhores Deputados Municipais estiveram, ainda, presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal, Hélder Manuel Ramalho de Sousa Esménio e os senhores Vereadores Helena Maria Pereira das Neves, Ana Cristina Ribeiro, Noel Gomes Pereira Caneira, Paulo Jorge Pires Cação, Luís Artur Ribeiro Gomes e Ana Patrícia Coelho Batista. -----

---- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os senhores Deputados Municipais, que o senhor Deputado Manuel Joaquim Oliveira Faria Bolieiro, seria substituído por Edgar Manuel Cunha dos Santos e a senhora Deputada Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório, seria substituída por Rosa de Jesus Gomes. -----

---- Interveio o senhor Deputado Rui Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Muge, cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Exmo Senhor Presidente da Assembleia, Exmo Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, colegas Deputados, minhas senhoras e meus senhores, no passado dia 21 de Abril de 2018, decorreu na Casa Cadaval, em Muge um encontro de bandas da Sociedade Filarmónica de Muge e a Banda Filarmónica de Genes de Malveira da Serra. Como a Sociedade Filarmónica de Muge tem mais de 20 alunos a aprender música de forma gratuita, desta forma solicitámos ao público presente, que se alguém pudesse contribuir com algum instrumento, para a Escola de Música da Sociedade Filarmónica de Muge, estando o professor Emílio presente no evento, disponibilizou-se de imediato para oferecer um instrumento. Aproveitamos esta ocasião para agradecer ao professor Emílio Coelho, o seu altruísmo por este gesto e desde já o nosso muito obrigado, em nome da Junta de Freguesia de Muge e da Sociedade Filarmónica de Muge, um bem haja. Chamo agora o Presidente da Sociedade Filarmónica de Muge, António Silva, para receber o instrumento. Obrigado.” -----



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “A minha intervenção começa por um apelo à Assembleia Municipal, no agendamento das Assembleias, se fosse possível criar uma articulação que não permitisse casos como o de hoje, em que ao mesmo tempo que se realiza esta Assembleia, decorre a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra, é uma chamada de atenção que deixo e se for possível tentar garantir no futuro que elas não se sobrepõem. Depois queria deixar algumas questões ao Presidente da Câmara, numa altura em que nos aproximamos da altura mais complicada dos fogos, a temperatura está a subir, sabemos que esta é a parte mais complicada em que muito se tem falado sobre as limpezas, gostava de saber qual é a sua análise em relação ao ponto de situação, principalmente da limpeza das faixas de contenção, tanto dos particulares, mas em especial daqueles que cabem ao Município. Depois gostava de perguntar também, em relação às obras na Ponte D. Amélia, é sabido que ia haver uma intervenção por parte da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos e da Câmara Municipal do Cartaxo, no entanto, e aparentemente não são visíveis ainda qualquer tipo de intervenções, saber em que ponto é que nos encontramos, quando é que elas iniciam. Para terminar, saber se o senhor Presidente tem conhecimento de um caso de pulgas no sintético do Parque Infantil de Salvaterra, junto aqui à Escola Secundária, ali na zona do sintético, especialmente junto ao banco de suplentes, se tem conhecimento e o que é que pretende fazer quanto à situação.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Daniela Casaca cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Antes de mais quero então felicitar em nome da bancada do PS a subida de divisão, para a 1.º distrital o Grupo Desportivo de Marinhas e o Sport Clube de Desportos da Glória do Ribatejo, também felicitar os Bombeiros de Salvaterra de Magos pela organização da Festa do Foral e dos Toiros, foi bonita a atitude e acho que foi ainda mais bonito toda a ajuda que os Bombeiros tiveram na organização desta festa e por isso é muito importante essa felicitação. Após isto quero então também abordar um tema, e felicitar também a Câmara Municipal pela construção do Museu do Escaroupim do Rio, foi uma das grandes apostas do Município de Salvaterra de Magos, num mandato encapuçado por nós, tendo o Tejo como aposta no turismo conciliado como a necessidade cada vez maior de conservação de



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

protecção ambiental, também frisar o sucesso que este museu tem tido, ainda que muitas críticas tivesse tido, sendo que para nós e para muita gente, com muito orgulho, esta obra simboliza uma estratégia de promoção daquela que é a nossa história, neste caso em concreto a promoção da Cultura Avieira. É uma obra que merece todo o destaque, pela obra de requalificação da antiga Escola Primária, pelo conceito museológico definido e pelo envolvimento da comunidade avieira na cedência dos pertences que enriqueceram muito o espólio do museu. O espaço cultural e histórico foi inaugurado em Fevereiro de 2017, como todos sabem, contando desde aí com a visita de mais de 10 mil pessoas e o reflexo de todo esse êxito foi o prémio de distinção de iniciativa de 2017, que além destes prémios foram também complemento de prémios já recebidos pelos privados Promartur e Rio a Dentro. O museu Escaroupim e o Rio constroem assim um percurso expositivo que dá a conhecer a importância do Rio Tejo e dos seus afluentes, enquanto elemento de afixação humana evidencia as actividades sócio económicas que durante séculos foram exploradas e rentabilizadas pelas Comunidades locais. Mas mais do que o museu aqui referido, importa também, como complemento e valorização do turismo e ambiente, referir toda a recuperação da frente ribeirinha, começando pelo desassoreamento da vala, a requalificação do Bico da Goiva, a revitalização da Praia Doce, da limpeza da pinheiroca e da própria requalificação global do Escaroupim, que tem para dar ao turismo história e cultura do Concelho de Salvaterra de Magos. Estes locais que hoje são pontos de lazer e turismo para todos os nossos munícipes e todos os cidadãos que aqui se deslocam, são a representação do que mais belo temos no Concelho de Salvaterra de Magos, entre outros locais. A tudo já dito, acrescenta-se outro grande investimento, que também referido aqui por diversas vezes, nomeadamente a requalificação do dique do Escaroupim e também, junta-se aqui e se me permitem, as Casas do Falcoeiro que receberam um prémio de turismo, o que valoriza ainda mais como património imaterial da humanidade, que sendo a arte falcoeira a sua capital em Salvaterra de Magos. Permitam-me também, vos dizer que, após tudo o que foi dito por mim, que uma palavra que caracteriza estes investimentos e prémios é a requalificação, foi essa a aposta do Concelho de Salvaterra de Magos, criar um Município atractivo e isso apenas é possível no caso do Tejo, se tiverem intimamente ligada às questões ambientais, não temos



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

dúvidas que o caminho também é por aqui, potenciar o nosso Tejo, potenciar o turismo, o ambiente e Salvaterra de Magos, para todos aqueles que ainda não visitaram o nosso museu, fica desde já o nosso convite. Para além disso queria também felicitar a Câmara Municipal pela Feira de Magos, foi um grande esforço por parte da nossa Câmara, e isso é visível para todos, felicitar também e porque é visível que cada vez mais a Feira de Magos está a crescer, e isso deixa à bancada do PS, um grande orgulho. Por último quero também referir e novamente felicitar e demonstrar o orgulho pelo protocolo assinado entre a Câmara Municipal com a Comunidade Intermunicipal da Lezíria e do Tejo, em que são parceiros solidários também Câmara Municipal de Benavente, Cartaxo, Azambuja, Almeirim e Alpiarça, pela parceria no projecto planos e projectos inovadores do combate ao insucesso escolar, tendo em vista como o próprio nome o diz, a progressão do insucesso escolar e a promoção do sucesso escolar na Lezíria do Tejo, contemplando este protocolo em dois eixos de intervenção, nomeadamente na educação positiva e a educação pela inovação através da criação de uma equipa multidisciplinar de intervenção comunitária e a criação e desenvolvimento de um espaço municipal de inovação “Sala Futuro”. As preocupações deste projecto, que são as mesmas da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, que é um ensino e um melhoramento do mesmo, e para isso é preciso combater o insucesso escolar, e é neste sentido que no mês de Julho, já irá iniciar-se o programa Empreenser, decorrente deste processo e deste projecto de combate ao insucesso escolar, que irá incidir na promoção e desenvolvimento integrado dos jovens e as suas competências sócio emocionais. Quero também informar que estes programas são direccionados para alunos do 3.º ciclo e que irão decorrer em todo o mês de Junho, entre as 14h e as 17:30h. Convido todos, que tenham filhos e conheçam alguém que queiram comparecer, que adira a este programa que muito valor tem. Todavia também não podia ultrapassar este assunto sem pedir um esclarecimento ao Presidente da Câmara, tendo em conta as várias insinuações feitas pelo Bloco de Esquerda contra o método de selecção dos técnicos, para integrar a equipa multidisciplinar, pelo que gostava que o Presidente da Câmara esclarecesse esta assembleia e repor-se a verdade.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Em relação às questões que me foram colocadas pelo Bloco de



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

Esquerda, senhor Deputado Nuno Monteiro, em relação à questão da prevenção dos incêndios rurais ou dos incêndios florestais, como queiramos chamar, temos vindo a trabalhar também com a ajuda das Juntas de Freguesia, que têm equipamentos para ir criando ao longo de vias faixas de limpeza, digamos assim de bermas, e das zonas envolventes para minimizar o risco de incêndio, por outro lado tivemos intervenções nos vários terrenos municipais que detemos, desde a zona desportiva de Salvaterra ao Rossio de Muge, a área contigua ao Bairro da Serração, em Muge, enfim não queria ser muito exaustivo, fizemos também essas limpezas, estamos também a intervir a pedido da Junta de Freguesia de Muge, e em colaboração com eles, numa parcela de terreno também que integra a zona industrial de Vale de Lobos, em Muge, já tivemos também várias intervenções, nomeadamente em terrenos de que é difícil identificar proprietários, pelo falecimento e pela dificuldade que temos e pelo risco que está associado, temos feito também várias limpezas em Marinhais, temos as equipas de vigilância e de primeira intervenção, que já voltaram este ano a ter outra vez, formação através do nosso técnico superior de Protecção Civil e que ainda vão voltar a ter também formação com a senhora Comandante dos Bombeiros, tal como tiveram o ano passado, estas equipas já estão a fazer vigilância no território, já fizeram também primeira intervenção no território em incêndios que incluíram em particular nos Foros de Salvaterra, causados por acções de queima ou causados por acções de limpeza ou causados até pela EDP, por linhas da rede eléctrica e, portanto atacámos com os Bombeiros essas ignições e julgo que tivemos hoje uma reunião, onde estiveram envolvidos a Câmara, o Gabinete Florestal, também a Navegation, os sapadores florestais, a Casa Cadaval, os Bombeiros, o Clube de Caçadores, GNR, enfim tivemos uma reunião, digamos assim de operacionalização e de coordenação dos meios que vão estar no terreno, à semelhança do que aconteceu o ano passado, e vamos esperar que de facto, com este esforço acrescido que temos de meios, como nunca aconteceu antes, tirando o ano passado, no terreno seja possível debelar as situações o mais possível à nascença, também vai depender naturalmente da simultaneidade de incêndios que possam ocorrer ao nível distrital, mas para já os Bombeiros vão ter também duas equipas de intervenção permanente, tem uma agora nos meses de Junho e nos meses de Outubro e nos meses de maior risco, Julho, Agosto e Setembro tem duas equipas de 10 homens disponíveis para acção



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

imediate 24 horas por dia. Em relação à Ponte D. Amélia, as intervenções não são visíveis, porque são nos aparelhos de apoio e, portanto a intervenção que foi feita de correcção de um aparelho de apoio, aliás de dois aparelhos de apoio, é por baixo do tabuleiro, e portanto é natural que o senhor Deputado não tenha visto, a intervenção foi feita tão rápido quanto foi possível, e está feita, e portanto nesse particular retomou-se diga-se as condições de segurança, o que não quer dizer que havendo utilização indevida da ponte não voltem a acontecer problemas semelhantes de excesso de carga na circulação naquela ponte. Em relação à questão que referiu de pulgas no Parque Infantil, nós já intervimos com a desinfestação do espaço na passada quarta-feira, o espaço teve fechado ontem e hoje, e vai reabrir amanhã depois desta desinfestação no Parque Infantil, isto em articulação com a Junta de Freguesia de Salvaterra e Foros, que é a quem está incumbido ao longo destes anos, a gestão daquele espaço, mas à qual nós ajudámos nesta acção de desinfestação. Em relação à intervenção da senhora Deputada Daniela Casaca, só queria referir também e perdoem-me, porque não foi uma pergunta, referir que nas Festas do Foral, o simbolismo que teve a homenagem que foi feita pela Comissão de Festas e que foi feita pela Câmara, a João Fernando Damásio Vieira ao Bão, sublinhando em particular a sua dedicação à causa pública e ao movimento associativo do Concelho, eu penso que foi um momento importante que não devia ser esquecido, e pois de facto dar os parabéns também à Banda de Muge, à Academia de Música de Salvaterra, pelo esforço que têm feito na promoção dos jovens, na promoção e aprendizagem dos jovens. Queria também, contrariar um pouco a intervenção que fez, porque não foram feitas muitas críticas à construção de um museu, foram feitas críticas pelo Bloco de Esquerda à construção do museu, felizmente a comunidade local e a visitação que temos tido ao espaço e o prémio da Entidade de Turismo que recebemos este ano, demonstram que se calhar tínhamos razão na opção que fizemos de regeneração e de requalificação da Escola Primária para aquele destino, aumentando a oferta turística no Escarpim, para além naturalmente do património natural, para além daquilo que já foi feito de qualificação daquele espaço no passado, para além da reconstrução que fizemos já da casa tradicional avieira, para além da concessão que temos do restaurante da barragem, para além da cultura associada e das gentes que a ligam, ter posto lá e ter qualificado o espaço com mais um produto turístico





*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

que é o museu, eu acho que de facto foi um salto positivo como demonstra, repito a adesão da comunidade avieira, a adesão das pessoas e o sublinhado que foi feito com este prémio, pela Entidade de Turismo. Em relação aos modelos de selecção dos técnicos para o programa inovador que está a ser desenvolvido por 10 Câmaras Municipais que aderiram, que fazem parte da Comunidade Intermunicipal e isso já foi explicado na última reunião de Câmara ao senhor Vereador do Bloco de Esquerda, e os métodos de selecção foram, Câmara Municipal não concorda que ao longo da vigência deste programa, que se estima que seja de 3 anos, os técnicos superiores que são 4, estejam vinculados à Câmara através de contrato de avença, e portanto comunicou à Comunidade Intermunicipal que foi quem fez a candidatura, que pretendia realizar concurso público de admissão dos técnicos pelo período de vigência do programa, e é isso que fizemos, abrimos concurso público para a contratação de técnicos que vão trabalhar, técnicos de psicologia, técnicos de educação social, que vão trabalhar connosco e em conjunto com os técnicos da Comunidade, no desenvolvimento deste processo de combate ao insucesso escolar. Contudo como sabemos o problema da contratação pública é complexo e arrasta-se no tempo, e portanto como a Comunidade Intermunicipal não podia esperar por esta decisão que nós tomámos de contratação pública, arranjam uma solução intermédia que foi a realização do concurso e em simultâneo contratar por 6 meses em contrato de avença 4 técnicos que foram escolhidos pela própria Comunidade Intermunicipal com base na abertura de candidaturas espontâneas com currículos para a sua selecção, e portanto a Comunidade Intermunicipal que é quem tem o processo de candidatura, liderou a escolha, indicou-nos os nomes, fizemos contratos de avença por 6 meses, até à conclusão do concurso público que temos a decorrer.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Em função da participação da minha colega deputada Daniela Casaca, ela fez esta expressão que foi a “Feira de Magos está a crescer”, ora atendendo que fui umas das pessoas que visitou aquela exposição, gostaria de perguntar directamente ao senhor Presidente da Câmara, em que forma é que a Feira de Magos está a crescer, houve mais empresas a apresentar as suas exposições, houve muitos negócios resultantes daquela exposição, houve muito mais visitantes, efectivamente o valor e eu já questionei isto diversas



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

vezes ao Presidente da Câmara, efectivamente o valor gasto compensa em relação aos lucros obtidos ou não, efectivamente qual foi o valor gasto naquela feira, e pergunto isto com a consideração dos meios humanos que são gastos ali, do tempo ali colocado e portanto ao colocarmos alguns funcionários ou bastantes funcionários da Câmara naquele local, estamos a dispensá-los de outras obras, e portanto quanto é que isto custa à Câmara, mas vamos falar honestamente e em valores, quanto é que custa à Câmara aquela feira e o que é que resulta daquela feira.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Flávia Santos cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Aproveitar esta minha primeira intervenção para de igual forma congratular os Bombeiros Voluntários pela organização das Festas do Foral que tão bem organizadas foram e com um objectivo tão nobre como angariar fundos para a aquisição de uma ambulância e nisto questionar a Câmara Municipal, segundo as recentes noticias que vieram a público, da situação de neste momento os nossos Bombeiros estarem com apenas uma ambulância disponível, se no caso das verbas angariadas durante estas festas serem insuficientes para aquilo que é o seu objectivo último que é a aquisição de uma ambulância, se estará o executivo camarário disposto a auxiliar nesta aquisição.” -----

---- Em resposta o senhor Presidente da Câmara Municipal disse: “Em relação às questões colocadas pela senhora Deputada Marta Jorge, a quem nós percebemos que existe um mau estar constante e uma animosidade em relação ao projecto municipal Feira de Magos, lembrar que provavelmente por não ter residência na freguesia e vila de Salvaterra de Magos, a senhora Deputada não consegue avaliar a evolução positiva que a Feira de Magos teve, penso que é essa a razão, não será seguramente por má vontade politica e portanto como não consegue avaliar a evolução positiva que a Feira de Magos teve nestes anos, é também difícil transmitir-lhe quão importante tem sido a intervenção do Município quando juntamos ao projecto que existia na Feira de Maio, que definhava e toda a gente que tinha acção política e conhecia a realidade no terreno reconhecia, que era cada vez menos divertimentos na feira, cada vez menos gente disponível para expor os seus produtos na feira, quer dizer que cada vez menos concessões atribuídas à Feira de Maio. Nós reformulámos o projecto, juntámos-lhe como é público, toda a actividade associada ao cavalo, ou seja à



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

promoção do cavalo, na medida em que o cavalo é um dos símbolos do ribatejo e este Concelho é um Concelho do Ribatejo, daí várias actividades que são desenvolvidas valorizando também o picadeiro municipal que até aí tinha uma actividade muito embrionária e portanto nós valorizámos essa valência, que juntamos aos tais divertimentos. Criámos uma noção de feira e de organização do espaço, completamente diferente do que existia até então, juntamos-lhe uma tenda para a realização de eventos culturais, recreativos, onde além da promoção dos produtos locais, onde além da promoção das nossas empresas, onde além da promoção de alguns dos nossos artesãos, onde além da exposição de maquinaria e de serviços associados ao principal sector de actividade económica do nosso Concelho, que é como sabe a agricultura e portanto a mais valia desse investimento, digamos assim, que tem como contrapartida a melhoria das concessões e daquilo que nos pagam aqueles que nos alugam espaços e permitiu que a Feira de Magos, já o ano passado mas mais evidente ainda este ano, principalmente pela estratégia de redução do número de dias, tenha tido uma afluência impar e eu diria inigualável nos últimos anos da existência da feira, e portanto senhora Deputadas as contas como sabe, vão ser disponibilizadas quando fazemos esse documento e os contratos são públicos, as contas são públicas e a senhora Deputada terá a oportunidade de depois verificar os montantes e também lhe digo senhora Deputada, não é pela sua má vontade em relação à Feira de Magos, que o executivo do Partido Socialista vai deixar de fazer a Feira de Magos, na medida em que ela é um sucesso, porque alia a possibilidade dos divertimentos, alia a possibilidade da promoção deste Concelho e daquilo que é feito cá neste Concelho do Ribatejo. Temos exposições caninas, temos um conjunto de eventos e de iniciativas que se a senhora Deputada tiver oportunidade na próxima edição da Feira de Magos de a visitar diariamente, verá a quantidade de afluência que temos ao espaço. Não cabe ao Município de Salvaterra de Magos controlar os empresários no volume de negócios que fazem, mas cabe-nos a nós facilitar a promoção deste Concelho e facilitar a exposição que é feita dos vários produtos e dos vários serviços que esses empresários e artesãos e produtores locais que aderem, e portanto eles próprios são se calhar o reconhecimento do sucesso da feira. Temos a feira cheia de divertimentos, cheia de concessões que são aqueles espaços de venda tradicionais de feira e ter a tenda cheia de



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

produtores e empresas e tivemos até se me fala em números de aumento, tínhamos 4 expositores de tractores, portanto temos um aumento de 25%, porque este ano tivemos 5 expositores de máquinas e equipamentos agrícolas, o que quer dizer que, mas eu não meço as coisas assim naturalmente, é tivemos um aumento de público aos espaços e eu julgo que ao contrário do ano passado que tivemos algumas queixas de concessionários quanto ao volume de negócios por causa de algum tempo mau que aconteceu, este ano tivemos a felicidade de o tempo nos ter ajudado e portanto foi muito grande e muito satisfeitos ficaram aqueles que estiveram no espaço Feira de Magos, que como disse e repito, será seguramente para mantermos. Em resposta à senhora Deputada Flávia Santos, e em relação à questão da Associação Humanitária dos Bombeiros, é público que a ambulância do INEM teve um acidente na Ponte Salgueiro Maia, é público que neste momento a corporação de bombeiros tem uma ambulância a circular, uma ambulância de socorro porque tem ambulâncias de transporte de doentes, uma ambulância de socorro, portanto o protocolo que havia com o INEM era que se houvesse alguma avaria na ambulância do INEM tinha de haver uma viatura de substituição, portanto a Associação Humanitária está a cumprir essa parte do protocolo com o INEM. Telefonei para a Presidência do INEM para saber qual era a viabilidade que está prevista em termos de INEM, uma vez que nós temos tido sempre ambulâncias, eu diria um bocadinho decrépitas, em relação à sua vida útil e portanto o compromisso que há do INEM é vir a fazer um protocolo este ano com a Associação Humanitária, para a colocação de uma viatura INEM na Associação Humanitária, vamos ver se eles cumprem esse desiderato, esse objectivo que me transmitiram, espero que sim. Por outro lado a Câmara Municipal vai deliberar na próxima reunião de Câmara, o pagamento aos bombeiros da aquisição de mais uma ambulância integralmente paga pelo Município de Salvaterra de Magos e portanto penso que com este esforço municipal de aquisição de mais uma ambulância, com a substituição da ambulância do INEM e com a manutenção daquela que eles tem em funcionamento, a questão do socorro fica resolvida no nosso Concelho, sendo que a única condição que eu pedi aos bombeiros, é que eles encontrassem e isso já vai a sessão de Câmara, amanhã os documentos vão para os senhores Vereadores, é que eles arranjassem uma ambulância que fosse o mais rapidamente possível entregue e portanto aparentemente eles conseguiram uma



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

ambulância a entregar no mês de Agosto, vamos ver se de facto isso se concretiza, mas de facto fica o esforço municipal de aquisição e de oferta aos bombeiros de uma ambulância.” -----

**---- Ponto um – Actas n.ºs 4 e 5, de 25 e 27 de Abril de 2018 – Para deliberação -----**

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge dizendo o seguinte: “Depois de ler atentamente a acta que nos foi remetida relativa à sessão extraordinária do 25 de Abril de 2018, verifico que a mesma não corresponde à veracidade daquilo que se passou neste dia, existe uma intervenção que não corresponde à realidade, quem estava lá ouviu e sabe perfeitamente que aquilo que aqui está não corresponde àquilo que foi dito, e portanto eu venho, desde já requerer que me seja facultada a gravação da intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos, na sessão extraordinária de 25 de Abril de 2018, e por favor não me façam chegar qualquer gravação colocada em meios sociais, tenho consciência daquilo que eu vi e sei que aquilo que ouvi não é o que está escrito, pelo que, desde já o meu voto vai contra esta acta, sei obviamente que ela será aprovada por maioria, isso é óbvio, mas eu faço questão deste requerimento e faço questão que fique bem explícito que aquilo que está escrito na acta número quatro, não corresponde à realidade.” -----

---- Em resposta o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: “Eu gostava de relativamente aos serviços, embora não seja obrigatório, que a minha gravação seja disponibilizada, que é exactamente aquela que está no facebook e que tem apenas, com demasiada evidência, para dizer à senhora Marta Jorge que é mentirosa, e que isto fique em acta, ou seja, a acta corresponde literalmente ao que está e ao que eu pus no facebook, corresponde à gravação que seja cedida pelos serviços, embora não seja obrigatória, e que fica demonstrado duas coisas, a terceira é que não fiz qualquer intervenção, aliás até para lhe dizer uma coisa, nem li sequer essa parte da intervenção, porque acredito nos serviços que podem testemunhar e, portanto a acta serve para demonstrar duas coisas, uma que a senhora Deputada Marta Jorge é mentirosa e a segunda razão é que a Deputada Marta Jorge, como outros Deputados Municipais tem uma convergência na estratégia com meios digitais do bafon da política de Salvaterra, e portanto isto serve para demonstrar duas coisas, portanto aos serviços será solicitada a acta e com acta será solicitada a gravação e para demonstrar que a



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

gravação é precisamente igual à que está e que serviu para fazer a acta, que aliás nem sequer a li, da minha parte, porque confio plenamente nos serviços.” -----

----- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Primeiro, achar lamentável a intervenção feita pela senhora Deputada Marta Jorge, porque ela se insere exactamente no mesmo espírito que foi referido há pouco pela minha colega Daniela, da insinuação, se a senhora Deputada tem dúvidas sobre a linha 10, 14, 15, 17, 19 da acta, afirma-as e nós vamos comparar, porque chegar aqui e dizer não foi isto que foi dito, foi outra coisa qualquer, qual outra coisa, porque depois de ouvir a gravação, afinal é ou afinal não é e ficamos a saber exactamente a mesma coisa, é muito simples chegar aqui e dizer o que está na acta não corresponde à realidade, não foi isso que foi dito na linha 10, na linha 14 e na linha 15, e nós vamos no momento a seguir, fazemos essa avaliação, a Assembleia Municipal não é o facebook, não é mandar umas piadolas, fazer umas insinuações, aquilo tem o efeito que tem, e depois não era bem assim, e acho lamentável que se transponha o método das redes sociais para a Assembleia Municipal, admito todas as dúvidas e elas têm de ser imediatamente apontadas, de outra forma isto não passa de mais um episódio para promover qualquer coisa que um dia destes haveremos de perceber.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Eu gostava de perguntar à Deputada Marta Jorge, se me pode esclarecer se tinha uma avença com a Junta de Freguesia de Muge ou não teve, e se foi remunerada por essa mesma junta. Pode-me esclarecer?” -----

---- Em resposta a senhora Deputada Marta Jorge disse: “Em primeiro lugar não tenho que esclarecer a minha actividade profissional, mas posso desde já informar V. Ex.<sup>a</sup> que não tive, nem nunca tive, nem recebi um único cêntimo da Junta de Freguesia de Muge, e isso realmente ultrapassa qualquer tipo de sentido desta Assembleia, mas nunca tive ...” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Senhor Presidente da Junta de Muge é verdade?” -----

---- Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal: “ O senhor não tem o direito de interromper, é completamente proibido, eu peço que saia da sala. Então, a sessão é interrompida e eu vou pedir aos serviços que liguem à GNR, porque há uma intervenção na



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

sala, vou pedir aos serviços que seja ligado à GNR para se deslocar à sala, a sessão está interrompida e vou pedir, portanto aos serviços que seja ligado à GNR, porque isto tem regras muito específicas, aliás este comportamento é punido entre 350 euros a 750 euros, de acordo com o Código do Procedimento Administrativo e o Regimento Jurídico das Autarquias Locais.” -

---- A sessão foi interrompida. -----

---- Interveio o Presidente da Assembleia Municipal retomando os trabalhos e dizendo o seguinte: “Portanto dito isto, espero que estejam todos presentes.” -----

---- Submetida a votação a acta de 25 de Abril de 2018, foi a mesma aprovada por maioria, com 22 votos a favor, 1 voto contra da senhora Deputada Marta Jorge e 3 abstenções dos senhores Deputados Dina Monteiro, Edgar Santos e Rosa Gomes, por não terem estado presentes na sessão. -----

---- Submetida a votação a acta de 27 de Abril de 2018, foi a mesma aprovada por maioria, com 24 votos a favor e 2 abstenções dos senhores Deputados Edgar Santos e Rosa Gomes, por não terem estado presentes na sessão. -----

**---- Ponto dois - Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – Para conhecimento -----**

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**---- Ponto três - Informação sobre os compromissos plurianuais assumidos no período de 20/04/2018 a 14/06/2018, ao abrigo da autorização prévia genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada pela Assembleia Municipal em 29/11/2017 – Para conhecimento -----**

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**---- Ponto quatro - Parecer e certificação legal das contas consolidadas do Município com a AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A, referentes ao ano de 2017, prestadas pelo**



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

**ROC – Revisor Oficial de Contas – Para conhecimento -----**

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**---- Ponto cinco - Prestação de contas consolidadas com a AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A., relativas ao exercício do ano de 2017 – Para deliberação -----**

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a consolidação de contas com a AR - Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A, relativas ao exercício do ano 2017. -----

**---- Ponto seis - Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda – Reanálise da situação da empresa à luz do novo enquadramento jurídico – Para deliberação -----**

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo o seguinte: “Julgo que o tema merece alguma leitura atenta e portanto para que fique em acta, sem qualquer dúvida vou ler a seguinte intervenção: “A Câmara Municipal, a Direcção Geral das Autarquias Locais e a Inspeção Geral de Finanças receberam uma notificação do Gabinete do Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais que nos comunica a homologação de um relatório da IGF, a propósito da empresa Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda, de que somos sócios a 50%, empresa que detém e gere a Escola Profissional de Salvaterra de Magos. – A IGF nas suas conclusões exige que a CMSM, no prazo máximo de 60 dias, promova a alteração dos Estatutos da empresa Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda, adaptando-o à Lei 50/2012 (Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local), o que quer dizer que não podemos ter quotas iguais, ou seja a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos não pode ter uma quota de 50% no Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda e os nossos associados privados “Convergência Formadores Associados, Lda” não podem ter os outros 50%. – O Regime Jurídico impõe que o Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda tem de escolher ser ou uma empresa local com a maioria ou a totalidade das quotas a pertencerem à Câmara Municipal de Salvaterra de Magos (sujeita às “restrições” da contabilidade pública, contratação pública, vistos do Tribunal de Contas, etc) ou ser uma empresa com capitais privados (com ou sem participação no seu capital pela Câmara Municipal de Salvaterra de Magos). – Se não cumprirmos esta determinação a IGF vai tomar a iniciativa, findo aquele prazo, de dissolver a





# *Município de Salvaterra de Magos*

## *Assembleia Municipal*

### **Sessão Ordinária de 28/06/2018**

#### **ACTA N.º 6**

empresa Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda com as consequências que daí advirão para a Escola Profissional de Salvaterra de Magos e para todos os que lá estudam e trabalham (30 docentes e 26 não docentes). – Comuniquei esta situação, como não podia deixar de fazer, à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal de Abril e aos nossos parceiros privados, enviando-lhes a notificação legal que recebemos e pedindo-lhes uma proposta de resolução do problema, dentro do prazo de 60 dias que nos foi dado, que impunha que houvesse uma decisão nesta Assembleia Municipal de Junho e salvaguardando o que é o mais importante: salvar a Escola e mantê-la em funcionamento no nosso Concelho. - Em resposta ao nosso contacto, os nossos parceiros da empresa Convergência – que detêm 50% do capital social do Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda, apresentaram à Câmara Municipal de Salvaterra de Magos duas propostas de solução para este problema. – A solução A proposta pela Convergência coloca-os na posição de venderem a sua quota ao Município de Salvaterra de Magos pelo valor de 300.000 €, suportados por garantia bancária, sendo a 1.ª prestação (a pagar no acto da escritura) de 55.000 €, seguindo-se durante 7 anos o pagamento de 35.000 €. – A solução B proposta pela Convergência é comprar ao Município de Salvaterra de Magos as suas quotas, exactamente nas mesmas condições em que estão dispostos a vender-nos as suas. – Os senhores Deputados Municipais tiveram acesso a esse ofício, tal como a todo o processo inspectivo que ditou a necessidade de estarmos aqui a debater esta matéria. – E essa necessidade de debate não é uma opção político partidária, é a Inspeção que nos obriga a alterar a estrutura societária do Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda. – No ofício da Convergência resulta a evidente instabilidade do sector da educação, em particular dos cursos profissionais, assim como o seu financiamento. É também evidenciada a imperiosa necessidade de se investir nas instalações, para o que não tem havido fundos comunitários, pelo que tal só será possível com empréstimos bancários, o que teria reflexos nos limites de endividamento do próprio Município!... – É-nos também explicitado e cito: “Face à participação do Município na estrutura societária, salientamos ainda, a título de exemplo, a impossibilidade, de a entidade (Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda) se registar no IAPMEI, requisito essencial para se poder candidatar a projectos comunitários que permitem usufruir de apoios financeiros para apetrechamento técnico-pedagógico, entre outros.



# *Município de Salvaterra de Magos*

## *Assembleia Municipal*

### **Sessão Ordinária de 28/06/2018**

#### **ACTA N.º 6**

*Aconteceu recentemente com o concurso SIZE-POR Alentejo”. – É com estes argumentos, que se entendem, que os nossos parceiros privados na EPSM fundamentam as 2 opções que nos colocaram: a de venderem as suas acções ou a de comprarem as do Município, pois a partilha de acções seja em que relação fosse continuaria a inviabilizar candidaturas como as do exemplo dado, por envolverem capital público. – Na reunião da Câmara Municipal de 23/05/2018 onde debatemos esta matéria foi decidido por maioria, vender a nossa quota, com voto contrário do senhor Vereador do BE, tendo presente na argumentação que apresentámos o facto de em primeiro lugar já termos no Concelho ensino profissional público na Escola Básica e Secundária, pelo que não se justifica haver 2 escolas públicas de ensino profissional. – Acresce a essa argumentação, o facto, por todos reconhecido, da qualidade e do mérito que os nossos parceiros privados têm tido na construção do projecto educativo que é hoje a EPSM, não tendo os autarcas, ao longo dos anos de existência da EPSM, qualquer papel relevante no sucesso alcançado.- Propus ainda que se juntassem à proposta financeira apresentada, de 300.000 €, três outras condições: 1) Que a Escola Profissional de Salvaterra de Magos e a sede do Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda, se mantenham em Salvaterra de Magos; - 2) No caso de alienação do património (edificado) o Município de Salvaterra de Magos tem preferência na sua aquisição, além das condicionantes do PDM que já hoje existem. – 3) Submeter a proposta aprovada (solução B) com estas condições a decisão final da Assembleia Municipal. – Recordo que o valor da quota que temos (página 3/7 da IGF) no Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda é de 2.500 €, ou seja, esta proposta a ser aceite multiplica por 120 vezes o capital inicial. – Para melhor habilitar a decisão dos senhores Deputados pedi que nos fosse feito um breve “report” da situação do Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda, onde se pode verificar que os activos fixos estão quase totalmente amortizados, o que faz crer que a curto prazo terá de haver investimento nestas rúbricas. – Mais ficamos a saber os valores e os anos de aquisição dos imóveis da Escola Profissional de Salvaterra de Magos: - 212 mil euros (1999) e 75 mil euros (2009) que perfazem o total de 287 mil euros. – Pedi, entretanto, aos Serviços Financeiros do Município de Salvaterra de Magos que fizessem a avaliação do valor actual do edificado da Escola Profissional de Salvaterra de Magos, a preços de 2018, tendo por base os coeficientes de desvalorização da moeda,*



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

*definidos na Portaria 326/2017. – A preços de hoje o edificado da Escola Profissional de Salvaterra de Magos é actualizado em 396.863,83 €, valor que é substancialmente coberto pela oferta feita.” -----*

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Eu apenas gostava de dizer e pedir aos serviços que fosse dito à GNR que não é necessário, já que a pessoa saiu e informar todos os Deputados Municipais que a interrupção é feita ao abrigo da norma do Regime Geral das Autarquias Locais, que diz no seu artigo 49.º que a nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões omitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas, no ponto 4 e diz no ponto 5 que a violação do disposto do número anterior é punido com uma coima de €150 a €700, para cuja a aplicação é competente o juiz da Comarca, após participação do Presidente do respectivo órgão, neste caso eu, e portanto eu irei fazer essa participação e atendendo a que a situação está regularizada, não se manifesta a necessidade, embora eu irei informar o juiz da comarca desta situação.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Vou tentar que a minha intervenção seja sucinta e directa, para que possamos debater concretamente os pontos relevantes neste debate. Em primeiro lugar, queria salientar a importância do bom trabalho desenvolvido ao longo dos 28 anos de existência, pela parte privada nesta parceria existente na Escola Profissional. Infelizmente a necessidade do cumprimento desta Lei, que visa uma alteração estatutária, obriga-nos a ter de tomar uma posição em relação ao futuro desta instituição do nosso Concelho. O Bloco de Esquerda, vê na Escola Profissional de Salvaterra de Magos uma instituição de referência no Concelho e na região, essencialmente uma ferramenta na formação e no desenvolvimento socio económico para o futuro. A formação profissional em áreas direccionadas para o Concelho, serão certamente um estímulo ao investimento para mão de obra qualificada. Posto isto, e atendendo apenas às duas possibilidades ponderadas, o Bloco de Esquerda defende que a escola deve ficar na esfera pública, através da compra da metade privada, no entanto, não posso deixar de referir a incapacidade deste Executivo, para a negociação de uma participação minoritária. Relembro que em reunião de Câmara inicialmente, a discussão baseava-se nas duas propostas



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

apresentadas pela parte privada, sem que fosse tomada qualquer posição por parte deste Executivo, foi necessária a pressão e os contributos do Vereador do Bloco de Esquerda, para que se chegasse à decisão com que nos deparamos agora, e é contra essa solução e posição assumida pela maioria socialista que determina a privatização total da Escola Profissional e quero levantar algumas questões ao senhor Presidente. Em primeiro lugar, se não considera imperativo uma avaliação externa, para que não surjam quaisquer dúvidas em relação a esta venda, garantido especialmente na salvaguarda para si e para os interesses públicos. Após sugestão do Bloco de Esquerda, vimos nesta proposta a obrigatoriedade da manutenção da Escola Profissional em Salvaterra de Magos e o direito de preferência em caso de venda. Está em condições de garantir que a parte privada aceita estas condições? Consegue entender as fragilidades destas condições e como podem ser facilmente contornadas, nomeadamente no que se refere ao direito de preferência e manutenção da escola no nosso Concelho? Aceita só a componente privada consegue resolver as soluções financeiras e garantir a gestão da Escola Profissional? Não se sente com condições para o fazer? Não acha que a componente pública, permite responder melhor às necessidades profissionais da região, sem olhar unicamente para a vertente economicista? Depois quanto aos fundos comunitários, eu percebo a argumentação dos fundos comunitários, mas vejamos, se nos basearmos só na argumentação dos fundos comunitários, que são notáveis e vão alterando, temos de andar a passar a Escola Profissional de mão em mão sempre que os fundos alteram. Existem outras alternativas, no caso de ficar na esfera pública, existem candidaturas a fundos do Ministério da Educação, o próprio Ministério da Educação faz esse tipo de candidaturas a fundos comunitários. Para terminar, apelo à consciência dos Deputados presentes, que sintam o peso da responsabilidade da votação que se segue, o nosso voto e a responsabilidade que nos é atribuída vai determinar o futuro a curto, a médio e longo prazo da instituição em que nos encontramos, o que vier a acontecer terá o nosso cunho.” -----

---- Interveio o senhor Deputado João Caniço cumprimentando todos os presentes e lendo o seguinte documento: *“A Constituição da República Portuguesa e a Lei de Bases do Sistema Educativo consagram a Escola Pública como um instrumento de emancipação individual e colectiva, com um papel determinante na vida de cada cidadão e no desenvolvimento do país.*



# *Município de Salvaterra de Magos*

## *Assembleia Municipal*

### **Sessão Ordinária de 28/06/2018**

#### **ACTA N.º 6**

*Contudo, sucessivos governos, optando por uma política de direita, têm desvalorizado a Escola Pública e desmantelado o seu papel emancipador. - A realidade do ensino profissional é pautada por uma ampla desresponsabilização do Estado. Não existe uma rede pública de escolas profissionais. O financiamento às escolas públicas secundárias por via de verbas do Orçamento do Estado foi substituído por fundos comunitários (exceptuando as escolas das regiões de Lisboa e do Algarve), nomeadamente, através do Fundo Social Europeu. Ocorrem atrasos inaceitáveis na transferência dos fundos e financiamento às escolas profissionais, sejam elas públicas ou privadas e cooperativas. - Não podemos caracterizar a actual situação como um acidente ou como uma imprevisibilidade. Ela é fruto de uma opção clara de sucessivos governos. Opção que traz graves problemas para o normal funcionamento destas instituições, uma vez que as regras existentes ao nível dos prazos, dos montantes, das formas de pagamento através de reembolso, e outras, não se coadunam com as necessidades regulares de gestão das escolas e com os compromissos assumidos perante professores e alunos. - A Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto de 2012 redigida pelo governo PSD-CDS e que aprova o Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais segue toda esta lógica e não é mais do que uma lei que visa limitar a acção dos municípios em vários sectores de actividade económica e social onde, naturalmente, a Educação e o Ensino Profissional não são excepção. É também esta lei que está na origem da tomada de decisão sobre a participação da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos (CMSM) na Escola Profissional de Salvaterra de Magos (EPSM). - Perante este cenário o que faz o executivo do PS com ampla maioria na CMSM? Luta pela melhoria das condições de financiamento e de ensino da EPSM? Avança para a compra da quota da empresa privada que detém metade da participação na instituição? Assume a gestão da escola como estratégia fundamental de desenvolvimento económico e social do município? Nada disso! Limita-se a aceitar sem pestanejar a oferta de 300 mil euros para a venda da sua quota de 50 %. Não é apenas o Estado Central que se desresponsabiliza na gestão do Ensino Profissional. O executivo do PS na CMSM tenciona fazer exactamente o mesmo, seguindo aliás a mesma linha de actuação do anterior e de outros executivos. Não basta nomear um representante da CMSM na EPSM e deixar os privados gerirem a instituição. Era necessário uma estratégia consistente do*



# *Município de Salvaterra de Magos*

## *Assembleia Municipal*

### **Sessão Ordinária de 28/06/2018**

#### **ACTA N.º 6**

*município, assente num rigoroso plano de aprendizagem e de qualificações profissionais adequadas à realidade sócio-económica do nosso concelho. - Bem pode Pedro Nuno Santos, actual secretário de estado dos assuntos parlamentares, figura destacada da chamada ala esquerda do PS e potencial futuro secretário-geral do partido, fazer excelentes discursos em congressos, empolgando as plateias, apelando à matriz socialista do partido, em defesa do estado social, da protecção do sistema público de pensões, do SNS e da Escola Pública que a realidade encarrega-se de o desmentir. Todos sabemos qual é a orientação político-ideológica do actual presidente da CMSM, logo não constitui surpresa para ninguém a sua proposta de privatização da EPSM. É também uma boa resposta para aqueles que afirmam não interessar partidos nem ideologias nas autarquias. Também aqui a realidade encarrega-se de os desmentir. - Face ao exposto importa esclarecer várias questões. Como chegou o parceiro privado da CMSM ao valor de 300 mil euros para a compra de 50 % da quota? Porque razão o sr. presidente da CMSM não mandou fazer uma avaliação patrimonial da EPSM? Efectuámos uma simulação do valor patrimonial do edificado da EPSM no site da Autoridade Tributária e Aduaneira e chegámos ao valor de 503 mil euros, sem incluir o valor do demais equipamento existente. Portanto, não é difícil de concluir que o valor comercial da EPSM é bastante superior a 503 mil euros. Tudo isto já para não falar do valor imensurável do património humano da EPSM: os seus docentes, funcionários e alunos. - Quem foi o anterior proprietários dos edifícios e do terreno onde está implantada a EPSM? Quem fez as obras de melhoramento e de adaptação dos edifícios? Com que dinheiro? Público ou privado? Deve a EPSM ser uma empresa privada que visa exclusivamente o lucro? Para além de considerações inoportunas sobre a situação financeira da CMSM, inqualificáveis sobre o debate político e lamentáveis sobre a opinião pública, o parceiro privado é pouco rigoroso nos fundamentos invocados para a privatização, como se, por artes mágicas, os atrasos no financiamento da escola deixassem de existir a partir do momento em que passe a ser 100 % privada. - E, já agora, porque razão fez finca-pé nos 100-0 %? Porque não 51-49 %? Ou 60-40 %? Ou 25-75%? Segundo a informação transmitida pelo sr. presidente da CMSM durante a última Assembleia Municipal, a lei apenas proíbe quotas iguais, ou seja, 50-50 %. Irá a EPSM cobrar à CMSM a realização de assembleias municipais ou outras iniciativas futuras neste mesmo auditório? Qual é a mais*



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

*valia desta Escola Profissional em termos de valorização de competências e de saídas profissionais para os jovens do nosso concelho? Será que tudo isto de pouco ou nada vale para o sr. presidente da CMSM? Irão os eleitos do PS nesta Assembleia Municipal votar a favor desta venda? Terão consciência das implicações que esta decisão terá no futuro desta escola?" -----*

---- Interveio a senhora Deputada Flávia Santos dizendo o seguinte: “Em primeiro lugar, parabenizar a empresa Convergência pelo trabalho desenvolvido na gestão da EPSM, escola que para mim tenho um enorme carinho, conhecimento e gratidão, enquanto ex aluna deste estabelecimento de ensino, e muito me alegra rever hoje tantas caras conhecidas e que tanto me ensinaram no tempo em que felizmente aqui passei. Posto isto, salientar que esta não é de todo uma decisão que eu gostasse de tomar hoje, e aproveitando um bocadinho o espírito futebolístico dos dias que correm, como se costuma dizer, equipa que ganha não se mexe, e a verdade é que esta parceria entre a empresa Convergência e o Município tem resultado bem nos últimos anos, e tem tornado a Escola Profissional num exemplo de reconhecimento de excelência. Compreendendo as dificuldades financeiras, que a integração da escola tráz consigo e também a integração daqueles que são os seus 56 funcionários no quadro da Câmara Municipal, ressalva que para mim é o factor mais importante, é o factor distintivo deste instituto, ressaltar que dispomos neste momento já de uma escola pública com vertentes profissionalizantes, ressaltar mais ainda a forma diferente de ensinar e de passar conhecimento conseguida pela EPSM, mérito da direcção e da gestão da parte privada, bem como dos seus professores que, com toda a sua certeza também do Município, importante é dizer que seja qual for a decisão tomada hoje, temos que garantir que o papel da EPSM no Concelho, principalmente no seu papel educador e social, não sai daqui melindrado e importante será dizer que o factor distintivo deste instituto, que também dota os seus alunos para a integração no mercado do trabalho, não pode sair beliscada por qualquer decisão aqui tomada, nem por qualquer vertente mais ideológica das decisões que possamos tomar. Posto isto e tendo em conta a importância desta escola para o Concelho, para os seus jovens e também para o seu tecido empresarial, resta-me apenas fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta os documentos que nos foram cedidos e isto



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

diz respeito áquilo que serão as garantias de que sendo esta uma escola totalmente privada, não será deslocalizada do Concelho para um Concelho vizinho ou até para mais longe, nomeadamente no que à proposta do aditamento que foi proposta pelo senhor Presidente da Câmara, questionar em primeiro lugar, se esta foi aceite pelo parceiro privado? Questionar mais especificamente qual é a exigência, quais são as consequências no caso dessa deslocalização vir a acontecer, se isso acontecer isso determina o fim do contrato, reverte a situação que estamos neste momento a assinar, e por quanto tempo é que vigorará esta cláusula na proposta, será que a podemos considerar “ad aeternum” ou daqui a 20/30 anos poderá acontecer a escola sair de Salvaterra.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Emílio Coelho cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Sou certamente o professor mais velho na idade, na escola e também nesta escola, pois estou aqui há vinte e tal anos, para quem não conheça, porque lhe sabe bem esta escola, é fruto da vontade de duas pessoas que devem merecer de nós uma grande estima e uma não menos elevada consideração, são eles o ex-Presidente António Moreira e é a Dr<sup>a</sup> Salomé. Foram eles que há uns tempos atrás tiveram a visão para o futuro do que esta escola seria imprescindível, lutaram e meus caros amigos estou aqui há vinte e tal anos, acompanhei a escola e sei de muitas dores de cabeça, e quando eu vejo isto nesta altura, eu pergunto: Era esta a altura ideal, estes senhores que estão a dizer que estão a defender a escola, a existência deste papel nesta altura já prejudicou sobejamente a escola, porquê? Porque nesta altura há pais indecisos se a escola vai acabar, se não acaba, se devem inscrever aqui os seus filhos, se não devem inscrever, e o Bloco de Esquerda, por acaso já fez uma análise introspectiva e perguntou, se gostamos tanto da escola, qual foi a acção de representantes da autarquia quando estava o Bloco de Esquerda no poder. Quando esta escola precisava de instalações, a senhora Presidente Anita Ribeiro disse e prometeu aquele edifício onde estão as Águas do Ribatejo e inclusivé deu a chave à Dr<sup>a</sup> Salomé para que transferisse para lá os serviços, porque não era altura própria para se fazer obras, passados alguns dias pede a chave e sem mais nem menos entrega a chave às Águas do Ribatejo, realmente é um amor pela escola de character duvidoso, e eu pergunto, quem é que aqui se preocupou quando o Governo Central se atrasou “n” meses e a Dr.<sup>a</sup> Salomé aflita, porque não queria deixar de





*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

pagar aos funcionários, onde é que estava o poder político, os Ministérios e mais não sei o quê, esses foram os primeiros a falhar. E foi a Dr.ª Salomé que teve que resolver o problema, e eu devo dizer que para além desta escola, a Dr.ª Salomé tem uma Escola Profissional em Santarém, tem uma em Coruche, tem uma em Lisboa, e todas elas são só privadas, portanto esta é a única em que existe uma parceria entre a Câmara Municipal, portanto eu acho que quem tem o “know how” que a Dr.ª Salomé tem, que devo dizer em abono da verdade, porque se amanhã isto for entregue ao sector público, já sabemos como é, todos sempre que a Câmara mude, vai mudar o director pedagógico, o director geral, os professores que não forem da cor vão todos para o olho da rua, ora bem eu devo dizer que foi uma preocupação da Dr.ª Salomé ter sempre aqui os melhores professores, e por aqui passaram e alguns ainda estão aqui, do melhor que há aqui à volta para ensinar, certo? Portanto, e já agora, porque não me quero alongar muito, eu pergunto, estes senhores que tanto defendem a escola pública, será que os seus filhos estão numa escola pública ou estão num colégio privado? Responda quem souber, muito obrigado.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão dizendo o seguinte: “Eu aproveitava esta ocasião, antes de ir ao assunto em concreto, para cumprimentar todos os profissionais da Escola Profissional que estão aqui hoje presentes, na pessoa da Dr.ª Salomé e do Dr. Duarte, e digamos puxar aqui um bocadinho à história e dizer que a primeira coisa que o Partido Socialista transmite a esta Assembleia Municipal é que não cede a apelos de consciência de ninguém, muito menos do Bloco de Esquerda e muito menos sobre a Escola Profissional, porque se na origem desta escola estão dirigentes partidários, estão autarcas, são todos eles do Partido Socialista e por isso esses apelos à consciência é muito bonito os discursos, fica bem nas redes sociais, fica bem em petições públicas e eu convencidíssimo que o Bloco de Esquerda iria hoje aqui apresentar a sua petição pública, que foi assinada por, imagine-se 23 pessoas, é essa adesão que a posição política do Bloco de Esquerda tem por parte da generalidade das pessoas, até podem ser as 23 de fora do país, mas são 23 pessoas, é que nós para apelarmos à consciência dos outros, eventualmente temos primeiro que perceber se o enquadramento daquilo que nós defendemos faz sentido e tudo aquilo que é público é que o enquadramento da vossa posição não faz sentido nenhum, são contra a venda porque são



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

contra, são contra a venda a privados porque são dogmáticos, porque tem de ser tudo público, como se tivéssemos a falar exactamente das mesmas coisas, não é a defesa da escola pública que está aqui em causa, não é a defesa da Segurança Social que está aqui em causa, não são as intervenções do Pedro Nuno Santos que estão aqui em causa, do que é que estamos nós a falar, nós somos confrontados com uma realidade e perante esta realidade temos de tomar decisões, maravilhas louva-se, saúda-se, bate-se palmas à gestão desta escola, no momento em que se diz que se vai vender, ai que eles vão vender a escola, ai que eles vão sair daqui, é preciso assegurar que eles não saem daqui, no que é que ficamos afinal, em que é que ficamos, a gestão desta escola, a componente privada tem 28, 29, 30 anos, começou um bocadinho antes da abertura da escola, de registo histórico de serviço público, do que é que desconfiam vossas excelências, digam-no de uma vez por todas, não é virem aqui fazer a defesa da escola pública, como se fosse disso que estivéssemos a falar, não é isso que está a falar, já foi dito pelo Presidente da Câmara, pela representante do PSD, nós temos hoje oferta pública em Salvaterra de ensino profissional, não é isso que está em causa com toda a certeza, é a vocação da autarquia de fazer a gestão da escola profissional, algum de vós autarcas é capaz de afirmar que essa é a vocação da autarquia, temos condições económico-financeiras em função daquilo que é o orçamento que os senhores votam, não é relevante se votam a favor ou votam contra, porque mesmo que votassem a favor o nível de receitas não aumentava, há essa capacidade, aquilo que a Inspeção-Geral das Finanças diz e a seguir é ratificado pelo Secretário de Estado da Administração Local é qualquer coisa de insignificante, foi por vontade do Partido Socialista que tivemos de chegar a esta posição, não é ao contrário, por vontade do Partido Socialista nós estamos aqui hoje nestas instalações, são instalações da Escola Profissional, é provavelmente a marca mais prestigiante que o nosso Concelho tem e assumir o princípio da dúvida, da desconfiança e ela era tanta que o Ministério da Educação foi substituído pelo Ministério Público, e eu nem quero imaginar o que está escrito naqueles apontamentos, porque provavelmente em função da decisão, já vamos estar sujeitos aqui a outra coisa qualquer que envolve o Ministério Público e não o Ministério da Educação, é da vida estamos tão concentrados naquilo que não interessa para nada que nos distraímos com o essencial, e o essencial é cumprir a Lei numa primeira fase, assegurar



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

os níveis de confiança que tivemos desde sempre nesta gestão, para a manutenção da escola aqui e as pressões de deslocalização, valem o que valem, e tinha uma certa piada ter a Escola Profissional de Salvaterra de Magos em Benavente, tinha uma certa piada, eventualmente quem conhece o funcionamento dos privados, sabe o que é que iria acontecer, mas isso é partir do princípio que desconfiamos daquela gente, desta gente que está aqui atrás de nós, alguns deles desde sempre, outros de forma mais recente, que fazem a gestão desta casa. É partir do princípio que aproveitando de uma imposição legal, eles estão a fazer o negócio, temos de avaliar, não é 300 mil são 500 mil, mais o material que está cá dentro, não interessa quem é que o pagou, não interessa quem é que o meteu cá, já estamos sempre no mesmo princípio, o Partido Socialista não aceita isso, respeita a posição de quem não concorda com a venda, respeita-a não faz apelos à consciência, respeita-a e pede exactamente o mesmo respeito. É a posição, neste momento em função das condições actuais, é aceitar a proposta de venda da quota do Município, foi isso que foi votado na Câmara Municipal, aliás sem contributo nenhum do Vereador do Bloco de Esquerda, ao contrário daquilo que foi dito, o que foi votado foi a opção A ou a opção B, ou tudo público ou tudo privado, por isso também aqui só para repor aquilo que aconteceu na votação da Câmara Municipal com o contributo na votação não foi absolutamente nenhum. E para terminar senhor Presidente, nós haveremos de ter oportunidade, com tempo, fora dos folhetos, fora das petições públicas, fora das piadas e piadolas das redes sociais, de um dia ter uma reflexão profunda sobre a história desta escola, sobre o papel de cada um dos partidos políticos nesta escola, o que é que cada um deu como contributo para o crescimento desta escola, o que é que cada partido político fez para a destruição desta escola, e isto aqui envolve todas as forças políticas do Concelho de Salvaterra de Magos, todas elas sempre tiveram, a determinada altura, bondade e algumas delas a determinada altura tiveram muita maldade mesmo. Confrontados com isto, o Partido Socialista subscreve aquilo que foi dito aqui pelo Senhor Presidente de Câmara, lamenta como é óbvio que a Lei nos obrigue a chegar a esta situação, e reforça a total confiança no ainda parceiro privado, para a manutenção e para o aumento da qualidade do serviço que prestam aqui, da formação e do ensino que dão aos seus alunos, e que isso continue a contribuir de forma positiva, para o prestígio do nome e da marca de Salvaterra de Magos, porque



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

efectivamente num mundo cada vez mais globalizado, vou continuar a usar este chavão, é este tipo de diferenciação que contribui para o sucesso, quer dos privados quer do público. E agora mesmo para terminar, está sempre o Partido Socialista disponível para discutir a escola pública, para discutir a Segurança Social, para discutir a Saúde, para discutir todos os temas que os partidos da oposição entenderem discutir, aqui o que se trata é de pragmatismo ou votamos a venda e conseguimos garantir que há um conjunto de níveis de investimento que são alcançáveis ou não votamos isso e assumem como é óbvio, as consequências dessa votação.” -----

---- Interveio a senhora Vereadora Ana Cristina Ribeiro cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Gostaria também de saudar todo o auditório, todos os presentes e naturalmente eu pedi a palavra para esclarecer o que foi dito pelo primeiro ou segundo secretário da mesa, e dizer que nem sempre aquilo que se diz, ou pelo menos da forma que se diz, embora tenhamos uma sala cheia, é a verdade e o senhor certamente não sabe do que é que está a falar. Posso-lhe dizer que sobre as instalações que hoje são ocupadas pela empresa Águas do Ribatejo e na altura eram ocupadas pelo GAT, houve alguma conversa entre mim e a Drª Salomé, sobre a possibilidade de alguma transferência de parte da escola, ser transferida para o GAT e a resposta que eu dei, e isto de uma forma muito simples é que o edifício não era apenas da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, era também da Câmara Municipal de Coruche e da Câmara Municipal de Benavente, e como tal eu não poderia representar a totalidade do edifício, entretanto falando com os colegas, com o senhor Presidente da Câmara de Benavente e o senhor Presidente da Câmara de Coruche, foi entendimento que não deveria ser cedido à Escola Profissional de Salvaterra de Magos, mas isso não significa que se ponha em causa todo o apreço e todo o apoio que eu na qualidade de Presidente da Câmara, durante 16 anos dei à Escola Profissional de Salvaterra de Magos, e estão aqui presente pessoas e principalmente a Drª Salomé que sabe qual foi o apoio que nós demos, o apoio quase diário, não apenas na presença, mas também nas próprias reuniões e estar sempre ao lado de quem geriu de forma que geriu a Escola Profissional de Salvaterra de Magos. Informar também que a Câmara Municipal disponibilizou um terreno, para construção de um edifício novo para a Escola Profissional de Salvaterra de Magos, este



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

edifício situava-se na Vila Magos, que é o empreendimento que fica à saída de ...” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Eu peço desculpa, mas vou ter de interromper, porque não é a defesa da honra, é uma intervenção e os Vereadores e os membros do Executivo, respondem quando questionados sobre um assunto, o que não aconteceu por nenhum membro da Assembleia ou então para defender a honra, portanto está a assistir-se já ...” -----

---- Interveio novamente a senhora Deputada Ana Cristina Ribeiro dizendo o seguinte: “Está muito bem, eu só estava a tentar também explicar qual é o amor que a Câmara Municipal na altura tinha pela Escola Profissional, que disponibilizou inclusivamente um terreno para construção de um novo edifício.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo o seguinte: “Senhor Presidente, sem querer de facto entrar muito no debate que deve ser feito na Assembleia Municipal, pois fiz questão que o tema viesse à Assembleia Municipal para decisão e não tenha ficado restrito à Câmara Municipal, mas enfim questionado em relação a algumas matérias, eu direi apenas aquilo que me parece essencial, até porque o debate e a decisão é feita pela Assembleia Municipal. A Câmara Municipal fez uma opção que submete à Assembleia Municipal, se essa opção não for a opção escolhida, naturalmente que estamos cá para analisar a opção ou deliberação que venha a ser tomada por este órgão. Dizer-lhe que em relação à intervenção do Deputado Nuno Monteiro, senhor Deputado a avaliação externa é uma coisa que é possível, desde que os senhores deliberem fazê-lo, se os senhores Deputados da Assembleia Municipal deliberarem que a Câmara tem de fazer uma avaliação externa a Câmara faz, agora os Deputados da Assembleia Municipal percebem que isso tem um prazo de contratualização, de elaboração de procedimento concursal e só nos foram dados 60 dias, mas se os senhores Deputados deliberarem nesse sentido, a Câmara Municipal não deixará de cumprir essa deliberação e depois se a escola for dissolvida, cada um de nós assumirá as responsabilidades que advém dessa decisão, porque isto dizer faça-se uma avaliação externa, como se nós não tivéssemos condições para perceber, pelos dados que eu aqui indiquei, qual foi o capital social que nós colocámos na escola, qual é o valor actual feito pelos serviços financeiros da Câmara que a escola tem, isto também responde de alguma



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

forma ao senhor Deputado João Caniço, e portanto nós temos estas informações, se os senhores Deputados acham que não são suficientes para a ponderação na vossa decisão, então têm de deliberar nesse sentido e nós Câmara Municipal cumpriremos naturalmente a deliberação da Assembleia Municipal, eu tentei no tempo que tínhamos e que me foi possível, municia-los com a informação toda que a Câmara tem disponível, relatórios das inspecções, capital inicial investido, avaliação feita pelos serviços financeiros em função do valor de aquisição dos imóveis, o senhor Deputado João Caniço juntou a essa informação, a informação patrimonial registada na Repartição de Finanças, e portanto os senhores têm a informação financeira que é possível acolher no tempo que nos foi dado, para tomar esta decisão política, que ainda por cima não depende só de nós, porque temos parceiros privados que têm exactamente a mesma capacidade de decisão, igual à nossa nesta matéria, e portanto julgo que o caminho que a Câmara Municipal escolheu, foi um caminho sensato, um caminho de tentar perceber quem está connosco neste projecto há tantos anos, e é estranho digo eu, isto é um comentário que eu peço desculpa de fazer pois não queria entrar no debate, que agora também forças partidárias acusem os nossos parceiros privados da escola de uma visão economicista, ou seja, foram uteis, trabalharam, com gestores do Partido Socialista, CDU e do Bloco de Esquerda, voltam a estar com o Partido Socialista e agora é que têm visões economicistas, eu peço desculpa não concordo com essa avaliação, percebo que haja fundamentos ideológicos ou programáticos, que vos levem, nomeadamente às bancadas do Bloco e da CDU a tomar uma posição diferente daquela que o Partido Socialista pretende tomar ou tomou na Câmara e vai submeter à vossa consideração, mas também vos quero dizer que na essência da minha decisão pessoal enquanto autarca, está aquilo que eu disse na minha intervenção inicial, nós temos garantido no Concelho ensino público profissional, não precisamos de redundância, ou seja, aqueles que como eu defendem o sector público do estado e que o defendem ao nível económico, ao nível do ensino, ao nível da saúde, estamos tranquilos, nós temos ensino público profissional no Concelho, não precisamos ter duas escolas de ensino público profissional no Concelho, é um disparate, não precisamos de ter dois Centros de Saúde, precisamos de ter um que funcione. E depois queria-vos dizer outra coisa, a ideia senhores Deputados, a ideia da gestão desta casa passa muito, como vocês



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

sabem, pelas dificuldades de financiamento e pelos atrasos no pagamento, quer nos fundos comunitários, quando eles existem, nomeadamente do POPH aos próprios cursos profissionais, quer do próprio estado, a escola usa contas caucionadas, o Município não pode usar contas caucionadas, ou seja, a gestão desta escola se for pública, não pode continuar nos moldes em que tem funcionado. Dependendo do Município corta-nos a capacidade de fazer obra, porque temos de ter empréstimos bancários que têm de ser visados pelo Tribunal de Contas e entretanto se houverem esses atrasos nas transferências do estado, que sempre existiram, e foi acompanhado por todos os representantes que a Câmara tem tido ao longo dos anos na escola, todos eles reportaram para as reuniões de Câmara, foi-nos reportado por diversas vezes os atrasos no financiamento e as soluções que eram precisas encontrar com a banca a este género, contas caucionadas, garantias pessoais, como é que a Câmara faz? A Câmara não tem condições de fazer isso, e portanto o interesse da escola, na minha opinião, é estando garantido o ensino público no Concelho, podia não estar, mas está, ensino profissional público, estando comprovado com vinte e tantos anos de trabalho dos privados a qualidade e o mérito que tiveram para elevar a escola ao nível que ela tem, ou seja, gente que não veio e fugiu, estão cá, estando garantido isso, a qualidade do ensino, tendo garantido ainda que nós não temos a agilidade funcional que os privados têm, porque esta escola sempre foi gerida como uma empresa privada, apesar de ter capitais públicos. Acho que nós garantimos mais os funcionários, os professores, a continuidade da escola, permitindo-lhes que aqueles que têm gerido até hoje a escola, possam continuar a fazer com o mérito que têm tido, garantindo como eu disse, que a sede da escola é em Salvaterra e que a escola continua, obviamente que isso tem de ficar no contrato que firmarmos com eles, e também respondo de alguma forma à senhora Deputada Flávia, garantindo que o Instituto continue com sede em Salvaterra de Magos, garantindo também que no caso de alienação deste património, nós temos opção de compra além do condicionamento que já existe sobre este espaço ao nível do PDM, evitando portanto que eles possam ter alguma ideia de alienação deste património, para fins imobiliários. Julgo sinceramente, e embora entenda a preocupação dos senhores Deputados do Bloco e da CDU, que não se justifica no caso vertente, por todas estas razões que eu aduzi e pela dificuldade que a Câmara Municipal teria em gerir mais cinquenta e não



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

sei quantos funcionários, sem esta agilidade financeira de que nós não dispomos, como é que depois pagamos às pessoas e como é que conseguimos fazer ao mesmo tempo alguns investimentos, porque entretanto ficamos com os meios afectos à gestão de uma escola, para a qual, ao longo dos anos, não tivemos essa experiência, não temos esse know how, e portanto não seria fácil continuar a garantir a quem lá trabalha e a quem lá estuda a qualidade que tem tido ao longo destes anos. Creio, ainda, que estamos a falar com pessoas de bem e todos reconhecemos o trabalho que foi feito, pelo que podíamos estar todos tranquilos com a decisão que vamos tomar.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge dizendo o seguinte: “Depois de ouvir já alguns dos meus colegas Deputados, inclusivé algumas respostas do Senhor Presidente, vou tentar encadear aqui alguns dos pensamentos que me têm surgido ao longo deste debate. Em primeiro lugar, eu quero que fique muito bem esclarecido, que ninguém, mas mesmo ninguém, tem a ousadia, a coragem, a atrocidade ou semelhante, de colocar em causa o trabalho da Dr.ª Salomé e da empresa que a mesma gere, isto é preciso que se torne ponto assente, e portanto a tentativa frustrada de tentar colocar em causa, isto por parte das pessoas que estão sentadas ao meu lado, não vale a pena, porque ninguém coloca isto em causa, muito pelo contrário, todos temos de agradecer, temos verificado a evolução desta escola, estive no início da mesma na Assembleia Municipal, e portanto melhor que ninguém poderei afirmar a evolução que aqui existe, e mais há aqui um elemento fundamental que aqui foi referido, esta é uma marca, a marca mais prestigiante do nosso Concelho, mas depois a par deste comentário que eu concordo na integra, aparece uma outra expressão “não precisamos de ter duas Escolas Profissionais no Concelho”, então onde é que ficamos, aquilo que aqui está em causa e que nós estamos a tentar dizer, é nós queremos esta marca cá, nós queremos manter esta continuidade e obviamente que colocamos em causa que daqui a algum tempo, e não estou a colocar em causa neste preciso momento, não é daqui a dois anos, não é daqui a três, não é daqui a quatro, nós temos de pensar para a frente, nós temos de pensar para as próximas gerações, que esta situação possa ser alterada e, portanto cabe-nos a nós fazer todas as limitações possíveis para que isto não se altere, para que esta marca continue a crescer, para que continuemos a ser vistos fora deste Concelho com a marca Escola





*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

Profissional de Salvaterra de Magos, com o prestígio que já tem e eu acredito que ainda vai crescer, esta é a questão. Portanto, o facto de lhe dizerem, que perante uma possível venda ou alienação de património edificado a Câmara tem preferência, mas o que é que isso a nós nos garante, garante que recebemos 55 mil euros numa primeira tranche e depois vamos estar 7 anos a receber o restante, se esse património edificado for daqui a dois anos, vejam lá que ganho é que fizeram, pergunto eu. Portanto, este género de situações têm de ser pensadas, repensadas e tentar arranjar soluções, as melhores possíveis, quer para a Escola Profissional quer para a Câmara Municipal, se me dizem que existe alguma dificuldade em obter fundos, por causa da Câmara estar englobada nesta parceria, então aí eu até faço palavras por muito estranho que pareça, com o meu colega Deputado João Caniço, não é preciso ser zero, bastanos os 51/49, temos os 80/20 e desta forma a Escola Profissional continuaria, avançaria, continuava a sua evolução e nós estaríamos presentes para dar uma palavra, para ter uma posição, para dizer ao futuro que estamos presentes e vamos continuar a lutar para que ela continue em Salvaterra, mas estas opções não foram colocadas em cima da mesa, isso é que eu acho de estranhar, porque é que há-de ser 100/0, porque é que estamos num 8/80, porque é que esta situação não foi colocada em cima da mesa, estas questões ainda não foram respondidas. Quanto à questão da avaliação patrimonial foi-nos dado estes dados hoje, estamos a falar de 396 mil euros a nível de património, não sei se sim, não sei se não, não vou colocar em causa a palavra do senhor Presidente, mas existe como eu disse há bocado, a tal marca que é a marca mais prestigiante do Concelho, e isto também é dinheiro, isto também é válido...” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Eu pedia que as intervenções, porque estão mais 5 intervenções para serem feitas, e pela forma de funcionamento do órgão e pelos tempos regulamentares que pudessem ser mais concisos e não repetitivos na tomada de posição.” -----

---- Interveio novamente a senhora Deputada Marta Jorge dizendo o seguinte: “Vou tentar ser um pouco mais breve possível, portanto essa era uma questão que eu gostava de colocar, porque é que não foi equacionada uma outra perspectiva a nível de valores de cotação de quotas e acrescento aqui uma outra questão. É o seguinte, nós estamos a ver, tal e qual eu



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

referi há pouco, a situação hoje, eu sei e eu confio pessoalmente e acho que todos nós que aqui estamos confiamos no trabalho da Dr.ª Salomé, mas a Dr.ª Salomé pode transferir a sua posição contratual dentro da empresa e então perdemos este basilar que no fundo temos com a Dr.ª Salomé e com a equipa que a tem, nós temos de pensar nestes pormenores e é tão fácil, mas tão fácil senhor Presidente, alterar contratos, modificar cláusulas e ultrapassará juridicamente estas situações. Continuarei e espero ser breve, se não me interromperem ainda vai ser melhor, se verificarmos que a situação não está devidamente acautelada, por todas as partes intervenientes e em prol da Câmara Municipal de Salvaterra, obviamente, que não teremos qualquer tipo de pudor em agir judicialmente, para verificar que esta Escola Profissional continue em Salvaterra de Magos.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Emílio Coelho dizendo o seguinte: “Vou ser muito breve, e vou me reportar à bíblia sagrada, uma vez os fariseus chegaram junto de Cristo e perguntaram: Mestre é lícito que pagamos um tributo a César, e Jesus Cristo disse: mostrai-me uma moeda, de quem esta efígie, é de César, então dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, portanto vamos dar a escola a quem a fez à Dr.ª Salomé. E agora queria perguntar à Senhora Vereadora Ana Cristina Ribeiro, repare que eu estou a tratá-la pelo nome, o que a senhora não fez quando estava na Assembleia, porque quando se referiu a mim, foi o Emílio Pilhafre, eu estou a tratá-la com o devido respeito, a verdade que havia um representante do Bloco de Esquerda nesta Escola que nunca aqui punha os pés, e que quando era preciso assinar os cheques para os professores receberem ao fim do mês, tinham-lhe de levar os cheques a casa para ele assinar.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Flávia Santos dizendo o seguinte: “Aproveito apenas esta segunda ronda, para deixar oralmente a declaração de voto desta proposta por parte da bancada do PSD, e dizer que votaremos a favor da proposta apresentada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo a esperança que esta seja a melhor solução para que a Escola Profissional continue a orgulhar o Concelho, como até aqui o tem feito, ressaltar que o PSD quer que a Escola Profissional mantenha a identidade que sempre a caracterizou, e realçar que independentemente de privada a escola poderá sempre contar com o apoio do PSD e cremos que também do Município.” -----



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

---- Interveio o senhor Deputado João Caniço dizendo o seguinte: “Quero começar por dizer que acho que não era necessário estar-se aqui com ressentimentos e ódios antigos, porque creio que isso não vai acrescentar nada ao nosso debate. Quando o senhor Presidente de Câmara diz e diz bem que na Escola Secundária existe a oferta profissional, é verdade de facto, mas a questão é que não existe uma rede pública de Escolas Profissionais, isso também é verdade, como o senhor Presidente sabe, e o senhor Presidente sabe também, de certeza que sabe, que na Escola Secundária de Salvaterra de Magos, é o Ministério da Educação que faz os programas, portanto e há bocado, claro que o Deputado Nuno Monteiro foi apenas uma gafe, o Deputado Nuno Antão é que aproveitou aqui para tentar criar um facto. Eu há pouco falei, que a Câmara Municipal e, de facto foram, não só este Executivo, mas os Executivos anteriores, limitaram-se quanto muito a nomear um representante aqui na Escola Profissional, não houve uma estratégia clara de estar aqui juntamente ao parceiro a criar uma Escola Profissional mais forte e penso que é isso que a Câmara Municipal vai estar a perder, tem aqui uma oportunidade de estar a desenvolver o Concelho, de estar aqui a criar ofertas mais específicas de dar aos jovens esse tipo de trabalho futuro aqui, penso que é essa a estratégia que se perde, mas é uma decisão legítima que o senhor Presidente da Câmara Municipal tem e que os Deputados da Assembleia Municipal a seguir vão igualmente decidir.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Fico muito satisfeito de haver Deputados aqui que conseguem perceber um erro e identificá-lo e vê-lo dessa forma, como um erro. Aqui o senhor Deputado Nuno Antão, infelizmente fica o registo que não admite erros e não os percebe. Senhor Deputado depois, é evidente que eu virei sempre para aqui pôr em causa, questionar, tentar perceber porquê, se acho melhor assim, se acho melhor assado, é esse o meu trabalho aqui, é garantir o interesse público, senhor Deputado, portanto virei sempre fazer isso para aqui, sempre virei questionar, sempre virei pôr em causa, é o meu trabalho aqui, depois quando diz que o senhor Vereador Luís Gomes não teve qualquer influência, senhor Deputado está ali escrito, está nos seus documentos, o que chegou à Câmara foram duas propostas da Escola Profissional, depois e a proposta que vai votar daqui a bocado, tem novas indicações dadas pelo Presidente da Câmara que resultam da intervenção e o senhor Deputado pode ir ler a acta e confirma isto. Quanto à distribuição do



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

folheto, senhor secretário, professor Emílio, é evidente que era agora a altura para a distribuição dele, é agora que se trata o assunto, é agora que nós temos que o distribuir e fazer mostrar a nossa ideia, o nosso pensamento e a visão que temos da coisa, a democracia proporciona-nos isso e tínhamos que o fazer e é esta a altura para o fazer, não entenda como anormal, é a nossa posição, estas são as vantagens da democracia, nós podemos pôr as nossas ideias e estas são as nossas. Senhor Presidente, deixe-me só dizer que em relação à avaliação, eu percebo que temos prazos, a mim o que me espanta é o senhor Presidente atempadamente permitindo incumprir o prazo não ter solicitado uma avaliação externa, isso é que me causa estranheza.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão dizendo o seguinte: “Eu só porque me parece que não é entendível, porque é que a proposta é tudo ou nada, e então como não é entendível se calhar é mais fácil perguntar assim: “senhor Presidente porque é que não é 99/1 e 98/2 e 97/3 e 96/4 e 95/5 e por aí fora”, só não percebe quem não quer perceber, porque é que a proposta que foi feita pelo privado é aquela e porque é que a proposta aceite pelo Partido Socialista é esta, e podemos estar aqui o resto da noite a perguntar, a fazer variáveis dentro dos 100%, e isso é não querer perceber, não querer perceber aquilo que o privado quer e aquilo que a maioria do Partido Socialista está disponível, e o erro é totalmente admissível, a confirmação de uma intervenção de uma colega sua a seguir sobre o que é que vamos fazer a seguir, sobre o que é que vamos fazer a seguir, só confirma que o erro foi só um lapso, não foi um erro, foi um lapso, e já antecipar, até porque nós sabemos, nós conhecemos a linha de argumentação sobre esta matéria e sob mais um conjunto delas, e como conhecemos permite, assim como vossas excelências também já conhecem alguma da argumentação nossa e também antecipam, a nossa é que nunca é a via da judicialização, nunca foi, nunca foi, e perante a ameaça, porque esse é que não é o papel do autarca, é questionar, é perguntar não é, mas também é propor, não é insinuar, é afirmar e já hoje assistimos aqui a tudo, desde a acta até qualquer coisa que vos leva a deixar de confiar no parceiro privado, que era confiável, eu não tenho esse aparelho, eventualmente a senhora Vereadora Ana Cristina Ribeiro tem esse aparelho sobre o amor que o Bloco de Esquerda tinha pela Escola Profissional. Esse amor a partir do momento em que nós tomarmos a decisão, que como toda a gente já



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

percebeu, vai ser aprovada, não só pelo Partido Socialista, até porque já tivemos uma declaração de voto, a partir desse momento esse amor desaparece todo, e passamos a viver num mundo da desconfiança e sem problema nenhum vamos accionar todos os mecanismos sociais que tiverem ao vosso alcance, isto já foi aqui afirmado, por isso o erro é possível, é admissível, o lapso foi registado e bem registado, como foi a seguir confirmado.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo o seguinte. “Á Deputada Marta Jorge que tem sempre um bocadinho de dificuldade em ouvir o que eu digo, senhora Deputada o que eu disse que está garantido no nosso Concelho, é o ensino público profissional e que não faz sentido termos duas escolas públicas profissionais, espero que agora tenha ouvido melhor e não falei em duas escolas profissionais, como afirmou que eu tinha afirmado. Depois queria dizer-lhe que em relação à marca, a marca é para continuar, agora tal como a senhora Deputada sabe, esta marca que é a Escola Profissional, precisa de alunos, precisa de crianças, todos nós conhecemos a evolução demográfica do País, as preocupações que estão associadas a isso, esta escola se calhar tem metade dos alunos, e não queria estar a dizer o número, porque foi um número que eu não pude validar com a direcção da escola, se calhar metade dos alunos não são do Concelho de Salvaterra de Magos, e portanto esta marca que é a Escola Profissional de Salvaterra de Magos, seguindo de alguma forma aquilo que estão a dizer, se calhar para ser pública tinha de ser da Câmara de Salvaterra e da Câmara de Benavente, porque metade dos alunos se calhar são do Concelho de Benavente, e portanto o sucesso da escola depende não só da qualidade e do mérito da sua gestão, mas também depende de haver crianças, de haver filhos que possam vir para esta escola e ao mesmo tempo para a escola pública que existe no nosso Concelho, e de facto é uma questão complicada. Depois a senhora Deputada, fez aqui uma afirmação que também não lhe fica bem, e sendo a senhora até uma especialista em leis, a senhora disse, se a escola for vendida daqui a dois anos, senhora Deputada eu referi que a Câmara é possuidora de uma garantia bancária, não há habilidades, teremos uma garantia bancária se vendermos a escola, se comprarmos temos de dar uma garantia bancária, para poder haver uma escritura, porque a garantia bancária garante, portanto essa ideia de que há sempre uma habilidadezinhas, com este Presidente de Câmara não há. Depois a senhora Deputada levantou outra questão, que



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

achava muito estranho, o tom que referiu, que não fosse 51/49 ou algo parecido, sabe senhora Deputado isto são negócios a dois, há uma parte que não quer, não está a sugerir que eu vá bater no nosso parceiro privado, para ele aceitar aquilo que eu quero, portanto é um casamento a dois, há um que não quer, é da vida, ou compramos ou vendemos, porque o outro não quer, porque se quisesse era 51, era 52, era aquilo que nós conseguíssemos acordar, mas o “teimoso” do nosso parceiro privado não quer, e como isto é a dois tem de haver uma plataforma de decisão, e por isso é que a plataforma de decisão que foi entendida pela Câmara, foi recorrer à decisão da Assembleia Municipal. A Senhora Deputada também deixou aqui, e eu não vou sublinhar os termos em que já foi feito esse debate, mas disse que ia interpor acção judicial ou poderia interpor se a Escola Profissional, e eu penso que ouvi bem, saísse de Salvaterra de Magos, não é preciso senhora Deputada porque nas condições que eu disse, isso vai ficar expresso na escritura, se a Escola Profissional sair de Salvaterra de Magos, quem interpõem é a Câmara, portanto não é preciso ser a senhora Deputada a custear essa acção judicial, ou seja, lá está as clausulas que nós aprovámos na Câmara, pressupõem que a Escola Profissional continue em Salvaterra, pressupõem que a sede do Instituto de Educação e Formação do Sorraia continue em Salvaterra, e se assim não for, somos nós que interpomos, Câmara Municipal ou quem cá estiver, daqui a 7 anos ou daqui a 17 anos, porque isso é uma clausula que vai ter de constar no contrato ou na escritura que fizemos, de cisão da cota e portanto nessa matéria estamos de acordo, ou seja, é uma preocupação nossa procurar garantir essa condição. Ó Deputado João Caniço, nós sabemos que não há rede pública, mas também sabemos que à uma escola pública em Salvaterra com ensino profissional e à uma outra questão ainda importante, é que é o público, o Ministério neste caso, que diz quais é que são os cursos que vão para uma e para a outra, portanto temos uma dupla garantia pública, que é temos a oferta pública de ensino no nosso Concelho e temos uma entidade pública a decidir os cursos que são entregues a uma escola e a outra, portanto é evidente que nós podemos sempre, e não me leve a mal por isso, é só para facilitar a linguagem, usar da teoria da conspiração. O senhor Deputado João Caniço critica as diferentes gestões da Câmara Municipal, por onde vocês também passaram, e o problema é que, como é um parceiro 50/50 tinha que haver um director e estatutariamente o director é o privado, e isso está nos estatutos



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

da criação da escola, foi aceite pelas partes na altura, e portanto bem ou mal, foi isto que está prescrito, portanto os Presidentes de Câmara, e está nos estatutos. A direcção da escola compete ao privado, estatutariamente e felizmente ele tem sido competente, e ainda para nós todos, e para os nossos alunos, tem gerido bem e mais sem sobrecarregar financeiramente a Câmara, o que também é bom, o que também não nos penaliza depois em termos de limites de endividamento e tivemos a sorte, porque podia ter corrido tudo mal, podia não ser competente, podia ter corrido mal e a Câmara estava envolvida num negócio que se calhar afinal não era tão bom, foi bom porque eles foram diligentes. Quanto à questão da avaliação e em relação à intervenção do senhor Deputado Nuno Monteiro, nós quando recebemos a comunicação tínhamos de ouvir o parceiro privado, o que é que ia na intenção do parceiro privado, se esta Assembleia Municipal decidir pela avaliação externa, a Câmara vai fazê-la, agora eu não percebo como é que acham que isso é fundamental, com base em todos os elementos que foram conhecidos pelos serviços do Município, que fizeram a actualização do investimento pelo capital que nós empregamos, a não ser que queiram estrangular já a escola na venda, ou na compra, ou seja, vamos imaginar pelo ridículo, que a escola era na vossa avaliação devia ser 1 milhão de euros, nós tínhamos de dar 1 milhão de euros porque o privado já não nos queria dar 1 milhão de euros, porque nós a entregar por valor inferior, quer dizer e nós ficávamos com a escola pública por um milhão de euros, não me parece que, e o que está aqui na base é procurarmos todos ajudar a garantir a continuidade de um projecto que todos reconhecemos como bom, portanto a maneira que temos de ajudar é garantir que continua cá, garantir que continua com a gestão competente, garantir que a sede da empresa é cá, ressarcir o Município do valor patrimonial que estiver associado, garantir que não há possibilidade de haver negociatas imobiliárias e isso é garantido de alguma forma, portanto não percebo sinceramente a necessidade disso, mas admito que a Assembleia Municipal possa decidir pela avaliação externa e nós cá estamos para a poder fazer.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a seguinte declaração de voto:  
“*Relativamente ao proposto pelo Senhor Presidente da Câmara, não manifesto nada a opor à alienação da Autarquia dos seus 50% no Capital do Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda, pelas seguintes razões: - 1. Em primeiro lugar esta alteração não resulta da*



# *Município de Salvaterra de Magos*

## *Assembleia Municipal*

### **Sessão Ordinária de 28/06/2018**

#### **ACTA N.º 6**

*vontade do Executivo da Câmara, mas sim duma exigência imperativa da Inspeção Geral de Finanças, obrigando a optar em colocar o Instituto no universo das entidades privadas, logo com capital maioritário privado, ou no âmbito das entidades públicas, logo sujeito a todos os condicionalismos inerentes. Pesados os pró e os contras e a história da Escola Profissional de Salvaterra, com uma gestão sempre determinada pelo sócio privado, e diria que, entre 1999 e 2013, exclusivamente privada, face à ausência efetiva de comprometimento camarário com a gestão da escola e a sua estratégia, a não ser a mera nomeação dum representante remunerado, mas sem se conhecer a estratégia ou o envolvimento no projeto. – 2. Nesta opção em nada se coloca quer a manutenção do projeto, sendo conhecido o projeto da entidade privada parceira e o seu dinamismo e empenhamento no movimento das escolas profissionais, em Portugal, nem a manutenção do emprego e da escola em Salvaterra de Magos. A escola está de boa saúde, ativa e a sua imagem nacional é de excelência, o que testemunho pelas minhas funções no setor da hotelaria e do turismo. – 3. A opção da câmara comprar o capital privado, e colocar o Instituto de Educação e Formação do Sorraia no setor público, poria, essa sim, o projeto da Escola Profissional em risco e bloquearia a capacidade de investimento da Câmara. Não acredito que fosse esse o objetivo das posições que criticam a Câmara, por não adquirir o Capital da Escola, e pô-la completamente dentro das regras do setor público e da despesa público, incluindo a lei dos compromissos. Mataria a escola, porque cada vez que precisasse de financiamento, porque as transferências do Estado ou dos Fundos Comunitários só documento de quitação de despesa e candidatura aprovada, ou seja, reembolsa-se despesa paga, obrigando isso a ter financiamento bancário permanente. Ora este seria sujeito a todas as regras e limitações da despesa pública, matando a prazo o projeto Escola e pondo em risco o emprego. Adicionalmente, os salários dos trabalhadores e as regras de admissão teriam de ser enquadradas nas regras e categorias dos funcionários públicos. Bloquearia também a Câmara, porque o endividamento e os rácios da Escola Profissional entrariam nos limites de endividamento e na dívida da Câmara, com as devidas consequências negativas na capacidade de intervenção da Câmara. Em síntese, se alguém quisesse fazer parar a Câmara e por em causa a Escola em Salvaterra, por o Instituto no universo dos entes público seria o caminho. Não acredito que tenha sido esse o propósito,*





*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

*mas teria sido o resultado. – 4. Independentemente do valor da escola e do seu capital, que resulta sempre da comparação entre os ativos e os passivos, as receitas previsíveis e os encargos transitados, que resultou certamente dessa ponderação, o projeto Escola Profissional foi pioneiro em Portugal, tem mais de duas décadas, e é visto como de excelência, foi sendo fermento de várias ramificações em Lisboa, Coruche e em Santarém. Aliás, nestes sítios, a reação imediata quando são referidos é, erroneamente, de “Escola de Salvaterra”. O Passado fala das suas qualidades e das suas provas dadas. O Parceiro dá garantias e tem provas dadas. Sobre o seu desenvolvimento há muitas vicissitudes da sua história, mas não é isso que interessa hoje aclarar, é garantir o futuro da Escola Profissional de Salvaterra. Quem, como eu, sempre se cruzou com a imagem positiva da escola e dos parceiros privados, em funções públicas, mas nunca fez parte da sua gestão, podia lembrar como nasceu e que dele não acreditou, no País e em Salvaterra, e o tentou denegrir, ou quem, no passado recente do Memorando descapitalizou o ensino profissional e vocacional, ou ainda quem estava na gestão em momentos determinantes do seu desenvolvimento. – 5. Por fim, lembra-se ainda, que os dois dos últimos três Governos apostaram no ensino profissional, que foi nascendo e se desenvolvendo no Ensino Secundário local no Concelho de Salvaterra. Os dois sistemas, inerente à Escola Profissional e Secundária, garantem, certamente, no Concelho uma oferta que se qualifica e cresce com qualidade. Logo, nunca, em Salvaterra, esteve em questão o Ensino Profissional, sobretudo o público. É a diversidade deste Projeto, em Salvaterra, com a ligação aos Privados, que importa preservar.” -----*

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 20 votos a favor (14 da bancada do PS, 2 da bancada do CDS, 2 da bancada do PSD, 1 da senhora Deputada Independente Dina Monteiro e 1 do Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho) e 5 votos contra (3 da bancada do BE e 2 da bancada da CDU), aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal, que tem por base a solução B, da Convergência – Formadores Associados, Lda, no sentido do Município vender a totalidade da sua quota a essa empresa, por um valor pecuniário de € 300.000,00 (trezentos mil euros), suportado por garantia bancária, sendo que o pagamento a realizar será dividido em oito prestações. A primeira prestação terá o valor de €55.000,00 (cinquenta e cinco mil euros), sendo paga no acto da escritura e as sete



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

prestações seguintes, no valor de € 35.000,00 (trinta e cinco mil euros) serão saldadas no final do mês de Junho de cada ano subsequente ao acto da escritura. -----

---- A Assembleia Municipal aprovou ainda o aditamento à proposta das seguintes condições, sugeridas pela Câmara Municipal: -----

---- 1 - Que a Escola Profissional de Salvaterra de Magos se mantenha em Salvaterra de Magos, assim como a sede do IEFS - Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda; -----

---- 2 – No caso de alienação do património edificado do IEFS - Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda o Município tem preferência na sua aquisição. -----

**---- Ponto sete - 4.ª alteração ao PDM de Salvaterra de Magos em simultâneo com a alteração à planta da RAN e da REN – proposta final – para deliberação -----**

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal lendo o seguinte documento: “*Terminou a fase de discussão pública da 4.ª alteração ao PDM não tendo havido reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento, pelo que a proposta que elaborámos inicialmente passou a proposta final. – Estão em causa corrigir no PDM uma situação injusta – com quase 20 anos – nunca antes tratada e que diz respeito ao antigo Traçado do IC3 que o Governo não aprovou, quando aprovou o PDM, por já não ser necessário e todos esses terrenos ficaram excluídos de zonas urbanas até hoje, por inércia do Município. Esta alteração vai ainda melhorar alguns aspectos do Regulamento do PDM que vão agilizar a gestão urbanística, nomeadamente: Na legalização de construções anteriores ao PDM, fora do espaço urbano; - Foram criadas condições para permitir o crescimento e a expansão de vários operadores económicos; - Será permitida a instalação de estufas em alguns locais que antes o Regulamento do PDM esquecera; - É dada a possibilidade de construir e legalizar equipamentos colectivos mesmo fora do espaço que o PDM definiu como urbano, o que vai contribuir para viabilizar alguns lares de idosos que carecem desta correcção para se legalizarem; - E o mais importante, como já referi, é corrigir as interrupções que eram impostas pelo antigo Traçado do IC3, no perímetro urbano, prejudicando muita gente por demasiado tempo. – Para tornar eficaz esta alteração/correção e os benefícios que introduzem, falta a aprovação do órgão autárquico Assembleia Municipal e a subsequente publicação no Diário da*



# *Município de Salvaterra de Magos*

## *Assembleia Municipal*

### **Sessão Ordinária de 28/06/2018**

#### **ACTA N.º 6**

*República quer por parte da Câmara Municipal (4.ª alteração), quer por parte da CCDRLVT (REN). - A boa notícia é que já conseguimos que a CCDRLVT aprovasse a REN e a DRAPLVT a RAN, pelo que estamos apenas a alguns dias de concretizar um trabalho que levou mais de 3 anos a conseguir. – Vamos continuar a trabalhar na revisão do PDM, daí que nesta Assembleia Municipal vai ter-se de indicar o seu representante para na Comissão Consultiva da Revisão.” -*

*---- Interveio o senhor Deputado Jorge Silva cumprimentando todos os presentes e lendo a seguinte declaração de voto: “Consideramos que de forma genérica o documento facultado para aprovação revela uma análise cuidadosa por parte dos serviços urbanísticos da Câmara. – Os critérios de definição de REN no Concelho estão genericamente associados às características do solo e da sua orografia quer para infiltração das águas pluviais e recarga dos aquíferos quer a áreas sujeitas a risco de cheias. – Tratando-se dum território com baixas declividades e de grande extensão face às áreas impermeabilizadas correspondentes ao casco urbano consolidado, os motivos válidos para exclusão de REN são geralmente defensáveis pelos mesmos motivos que se resumem a tratar-se de zonas contíguas a áreas urbanas servidas por infra-estruturas. – Um conjunto significativo de áreas a excluir da REN adquiriu o estatuto de faixa de terreno de reserva para o traçado do IC3, que por seu turno, foi revogado no próprio regulamento do PDM (preâmbulo da 1.a publicação), sendo que se situam em áreas adjacentes a solo urbano e que beneficiam de infra-estruturas públicas. Noutro caso trata-se da desafecção de REN de terrenos necessários para a empresa Caseiro de relevante interesse económico e de manutenção de postos de trabalho perfeitamente justa e de interesse para o Concelho. O terreno para expansão do edifício do rancho Folclórico da Casa do Povo de Salvaterra de Magos também revela o seu interesse cultural para o concelho. – No entanto, de forma genérica, consideramos que teria o maior interesse uma reflexão conjunta com todos os partidos que concorreram à autarquia municipal de Salvaterra de Magos para se analisar, de forma conjunta, a reflexão de todas as forças políticas sobre as áreas de expansão de zonas urbanas, das áreas industriais e das áreas de implantação de equipamentos colectivos. Neste sentido os eleitos do Bloco de Esquerda irão votar favoravelmente esta proposta de alteração.”*

*---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com posteriores alterações e do n.º 1 do*



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, aprovar a versão final da proposta de plano de IV alteração ao Plano Director Municipal de Salvaterra de Magos (em simultâneo com a alteração à RAN e REN. -----

---- O senhor Deputado Nuno Antão não se encontrava presente no momento da votação. -----

**---- Ponto oito - II Correção material ao PDM de Salvaterra de Magos – Para conhecimento -----**

---- A Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento, para efeitos do n.º 3 do artigo 122.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, 14 de Maio, do procedimento aprovado pela Câmara Municipal. -----

**---- Ponto nove - Processo n.º 425/2005 – Reconhecimento do Interesse Público Municipal no âmbito do RERAE – Bruno Miguel Patrício Pratas – Para deliberação -----**

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 22 votos a favor e 2 abstenções da bancada da CDU, reconhecer o interesse público municipal, na regularização das instalações de suporte à actividade industrial, nos termos do relatório de fundamentação e de acordo com a alínea a), n.º 4, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro. -----

---- O senhor Deputado Nuno Antão não se encontrava presente no momento da votação. -----

**---- Ponto dez - Nomeação de um representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva da Revisão do Plano Director Municipal de Salvaterra de Magos – Para deliberação -----**

---- Foram eleitos por escrutínio secreto, com 18 votos a favor, 5 abstenções, 1 voto branco, 1 voto nulo, os seguintes Deputados Municipais: Mário Rui Santana (efectivo) e Francisco Cristóvão (suplente), como representantes na Comissão Consultiva da Revisão do Plano Director Municipal de Salvaterra de Magos, conforme proposta apresentada pelo PS. -----



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

**---- Ponto onze - Representante da Junta de Freguesia na Comissão Municipal de Protecção Civil – Para deliberação -----**

---- Foram eleitos por escrutínio secreto, com 17 votos a favor, 6 abstenções, 1 voto branco, 1 voto contra, os seguintes representantes das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Protecção Civil: Manuel Bolieiro (efectivo) e Joaquim Cardoso (suplente), conforme proposta apresentada pelo PS. -----

**---- Ponto doze - Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos – Para deliberação -----**

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Já não é a primeira vez que é feita referência a esta situação aqui na Assembleia, portanto já toda a gente está familiarizada com ela, o único intuito desta alteração ao regimento é permitir aos munícipes que queiram intervir na Assembleia Municipal, não terem que esperar, porque são agora 24 horas, para fazerem a sua intervenção, portanto é passá-la para o ponto “antes da ordem do dia”, o que vai permitir uma hora razoável para as pessoas poderem fazer a sua intervenção, não terem que estar até às 24 horas, e hoje até está a acabar cedo, porque já tivemos Assembleias a acabar à 1 da manhã ou mais, portanto é com este intuito, parece-me toda a lógica para a participação activa dos munícipes da democracia no Concelho, que seja aprovada esta alteração, até saliento mais esta alteração foi aprovada, uma alteração semelhante foi aprovada na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra, com o mesmo intuito, portanto acredito que seja aprovada.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentando a seguinte declaração de voto: “O regime jurídico das autarquias locais, a Lei 75/2013, no seu artigo 49º, sobre o funcionamento das Assembleias Municipais, delimita três condicionantes, relativamente à participação dos Cidadãos não eleitos, aqui referidos de Público,: (i) deve haver um período para a sua intervenção, fora da Agenda (ii) devem ficar sumariamente registadas em Ata as suas intervenções e as respostas dadas e (iii) que não lhe seja permitido, transcreve-se, “intrrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas”, sendo a violação desta última condicionante punida com coima



# *Município de Salvaterra de Magos*

## *Assembleia Municipal*

### **Sessão Ordinária de 28/06/2018**

#### **ACTA N.º 6**

*entre 150 e 750 euros, com a obrigação do Presidente de fazer cumprir esta norma. - Foi precisamente ao abrigo desta terceira condicionante, realça-se ao abrigo dela, que o Presidente desta Assembleia tem obrigatoriamente de fazer cumprir, que em dois ou três momentos se teve de impedir os intervenientes do Público, por a violarem. Foi precisamente o exercício dessa competência que alguns membros apelidaram de incompetência e má educação. Não foi incompetência, é competência dada pela Lei. Muito menos má educação fazê-la cumprir e os seus princípios. Menos ainda ser democrático um debate alicerçado em processos de intenções e de carácter e não em factos e ideias. - Levanta-se hoje, de novo, a discussão sobre os momentos, durante a reunião da Assembleia Municipal, em que o Público deve e pode intervir. - Como a Lei vê esta participação do Público? - Recorre-se a um parecer da CCDR Centro, porque claro sobre esta matéria. - "... apenas as reuniões dos órgãos colegiais que tenham a qualidade e funcionem como **assembleia** e sejam considerados como órgãos de soberania, das regiões autónomas ou do poder local, é que, nos termos constitucionais, são **públicas** por natureza, implicando tal facto o **livre acesso** e permanência do público nas suas sessões, conquanto, em regra, esteja completamente vedado a este ter qualquer manifestação ou intervenção no decurso dos trabalhos, o que significar ser-lhe apenas permitida a **(pura) assistência** - ou seja, poder ser **espectador presencial** dos trabalhos, vendo e ouvindo, mas nunca intervindo. - Para o caso de as reuniões destes órgãos da administração serem públicas por expressa determinação legal nesse sentido, o n.º 3 do mesmo artigo 27.º do CPA prevê que **os assistentes às reuniões públicas [possam] intervir para comunicar ou pedir informações, ou expressar opiniões, sobre assuntos relevantes da competência daquele, desde que a lei assim o preveja ou o próprio órgão delibere nesse sentido.** - Ora o Regime Jurídico das Autarquias Locais[4] prevê de modo expresso ... **um período para intervenção e esclarecimento do público[5]** - o que significa que ela terá que ser uma reunião **pública**. - Esta reunião pública não o será apenas quanto ao período destinado às intervenções e esclarecimentos do público, mas sê-lo-á igualmente desde a abertura dos trabalhos até ao seu encerramento, em razão do que o público poderá estar presente durante todo o tempo da sua realização, ainda que apenas venha a poder intervir e ser respondido pelos edis unicamente durante o período temporal destinado para esse efeito.*



# *Município de Salvaterra de Magos*

## *Assembleia Municipal*

### **Sessão Ordinária de 28/06/2018**

#### **ACTA N.º 6**

*Uma dessas conclusões – que pode ser a primeira – é a de que a **assistência** do público à assembleia municipal e à reunião da câmara municipal tem esse exato conteúdo e **dimensão**: o público é (considerado) mero **espectador**, ou seja é tido unicamente como aquele que, passivamente, presencia (testemunha) ou observa (observador) **in loco** o decurso da reunião. - A segunda conclusão é a de que essa presença e observação (passivas) do público se atinge apenas e exclusivamente de modo sensorial, comumente através da audição (ouvido) e da visão: - A lei aplicável, **maxime**, as leis aplicáveis, RJAL e CPA, não preveem – nem delas resulta ou se pode inferir, mesmo que indiretamente - que ao público presente às reuniões da assembleia municipal ou da câmara municipal caiba qualquer outra forma de **participação** que não de **presença** como **observador** e **testemunha**, não lhe cabendo qualquer papel ativo, outro que seja, para além da possibilidade de intervir e obter esclarecimentos nos períodos destinados para esse efeito. - **Esclarecido este aspeto, fica a questão, qual o período para Período para Esclarecimento e Intervenção do Público? Antes do Período Antes Ordem do Dia? Depois dele e antes do Período da Ordem do Dia? Depois deste, no final? Uma parte antes e outra depois?** - Compete ao Regulamento e ao Órgão defini-lo. **Para além do enquadramento legal do Regimento, que tem de obedecer, resta perguntar porque definiram as Lei gerais, sobre o RGAL e o CPA, aquelas normas?** - Tentando responder então. - A generalidade dos Regimentos, nas Assembleias Municipais e de Freguesia e a tradição têm deixado o Período para Esclarecimento e Intervenção do Público, e é assim precisamente que o denominam, o que deixa logo não deixa de ser elucidativo, para o fim. - Recentemente, algumas, poucas, passaram para o início da reunião, de forma bastante regulada, com a Assembleia de Lisboa, que obriga a inscrição até um dia antes e a clarificar os esclarecimentos que vão pedir ou a de Santarém, que definiu dois períodos, um antes, para o Público poder opinar sobre os assuntos que estão agendados, talvez para que a Assembleia os tenha em consideração, e um segundo período, no qual poderão ser abordado quaisquer assuntos no âmbito das competências da Assembleia. - A Assembleia Municipal de Salvaterra sempre, mas desde sempre colocou o Período para Esclarecimento e Intervenção do Público no final, assim como todas as Assembleias de Freguesias, sabendo-se que ao longo destas mais de 4 décadas de Democracia houve lideranças e maiorias partidárias distintas. O mesmo*



# *Município de Salvaterra de Magos*

## *Assembleia Municipal*

### **Sessão Ordinária de 28/06/2018**

#### **ACTA N.º 6**

*aconteceu e acontece na generalidade do País. - A proposta feita pelo Bloco de Esquerda sugere, agora, de forma diferente, este antes Período de Ordem do Dia. - O argumento que tem sido apresentado é de aproximar o órgão Assembleia Municipal das Populações, pois estas não intervêm porque teriam de esperar pelo tratamento dos assuntos todos agendados, que se prolongam por muito tempo, sendo assim desencorajados a fazê-lo, logo afastando os eleitores do órgão Assembleia Municipal. - Não me parece que este cenário proposto, diferente das soluções encontradas, por exemplo, em Lisboa ou em Santarém, ou da prática tradicional - embora esta última não seja um argumento de autoridade ou de perenidade -, tem vários problemas. - Uns decorrem de poder haver outras soluções e cenários possíveis para resolver este problema, o da hora tardia, conforme demonstram as soluções de Lisboa ou Santarém, de burgos com assembleia muitíssimo mais demoradas. Outros do espírito que subjaz à Lei. Outro do que deve ser o órgão Assembleia Municipal, no debate democrático. Um quarto, porque reduz a eficácia e a eficiência democráticas do funcionamento desta instituição parlamentar local. - Vejamos assim mais pormenorizadamente esta proposta do Bloco de Esquerda: - Primeiro, define-se unicamente o Período para Esclarecimento e Intervenção do Público antes do Período da Ordem do Dia, sem o restringir, no âmbito e nem no tempo, como é feito nos casos anteriores de Santarém ou Lisboa, ou seja, ao defini-lo antes dos assuntos agendados, significaria que se estaria a dizer que os assuntos agendados em reunião seriam irrelevantes para o Público e os esclarecimentos sobre estes dos edis e dos proponentes, assim como a discussão sobre eles feita pelos membros da Assembleia. - Isto não seria aproximar a Assembleia Municipal dos eleitores, mas afastá-la do objetivo com que foi criado e o essencial das suas competências, assim como dizer que o acompanhamento do Público da sua Agenda é uma coisa irrelevante para ele e para a transparência do Órgão. Oi então, por absurdo, caberia ao Público discutir os pontos agendados antes de serem discutidos na própria Assembleia e de, sobre ela, ser feita a apresentação pelos proponentes e não sendo propriamente um período para esclarecimentos, mas transformar a Assembleia Municipal num comício plenário. - Segundo problema, a Lei proíbe a interferência do Público, sobre a forma de debate, com os membros da Assembleia ou opinando sobre o comportamento e posições destes nos trabalhos próprios da sua reunião e sessão municipal. Se a participação do Público*





# *Município de Salvaterra de Magos*

## *Assembleia Municipal*

### **Sessão Ordinária de 28/06/2018**

#### **ACTA N.º 6**

*não for bem regulada, dentro do que diz a Lei, poder-se-ia transformar Assembleia Municipal num espaço plenário tipo comício ou, pior ainda, de debate endogâmico partidário, caso cingida a dirigentes partidários e membros de outros órgãos, não exercendo a Assembleia a função que a Lei e a legitimidade democrática lhe dão, pois ao Público, lendo por este cidadãos, cabe pedir esclarecimentos aos autarcas executivos e levantar problemas, no âmbito das competências da Assembleia e não entrar no debate dos trabalhos e com os membros da Assembleia. Esta parte é mesmo proibida por Lei, seja o RJAL ou CPA. - Terceiro, as sociedades abertas de hoje têm múltiplos canais para fazer a discussão pública. As sessões da Assembleia de Freguesia, das Juntas de Freguesia, da Câmara Municipal, são abertas ao Público, tem espaços abertos ao esclarecimento dos Cidadãos e a eles poderem enunciar problemas, os autarcas têm espaços de atendimento, podem-se fazer petições, mas em todas existe uma regra institucional, abertas ao Público para serem transparentes e este ser informado e poder alertar para problemas, nunca interferir ou entrar em debate com os membros do órgão. - Há um espaço de debate, nesses órgãos, em que deles faz parte, sob o olhar livre dos cidadãos, transcritos em atas para testemunho futuro, e os Cidadãos podem pedir esclarecimentos ou dar informação adicional, mas nunca discutir e tomar posição, nesses espaços, com os membros desses órgãos, em reuniões institucionais, muito menos repetir-se discussões com membros de outro órgãos, mas que não têm assente têm assente na Assembleia Municipal, muito menos ser espaço de discussão entre os membros da Assembleia Municipal com dirigentes partidários ou candidatos derrotados, sob a capa de Cidadãos. Se fosse este espaço poder-se-ia chamar ao período muita coisa, mas não, como faz a Lei, Período para Esclarecimento e Intervenção do Público. - Para a discussão político-partidária há um espaço de debate normal, o da opinião pública, o livre acesso à reunião, os meios de comunicação social, os meios digitais, e os Tribunais para o regular, e ainda a possibilidade da Assembleia Municipal, realça-se, a possibilidade da Assembleia organizar colóquios e reflexões alargadas, abertas a todos os Cidadãos. No mandato anterior optou-se por fazê-lo, e foram propostos por mim próprio, mas tendo de reconhecer que nem todos aderiram a esta metodologia, tendo sido criticada e alguns deles se ausentando do debate. E, outros ainda, autarcas com responsabilidades mais acrescidas, faltando permanente aos trabalhos da*



# *Município de Salvaterra de Magos*

## *Assembleia Municipal*

### **Sessão Ordinária de 28/06/2018**

#### **ACTA N.º 6**

*Assembleia. - Em síntese, a proximidade dos órgãos institucionais às populações, em Democracia, é um debate permanente. Devemos sempre melhorá-la, logo deve esta Assembleia continuar a a refletir, incluindo neles a possibilidade de serem seguidos pelas Populações digitalmente, havendo aqui, contudo, que alterar o enquadramento legislativo constitucional e nacional, conhecendo-se a complexidade da reflexão atual sobre a proteção de dados. Pode-se incluir também no debate o aprofundamento da participação popular nas decisões das instituições que tem essa competência de as tomar. - Historicamente, porém, conhece-se o debate entre as democracias representativa e parlamentar e a direta, entre a visão institucional do funcionamento dos órgãos democráticos e a popular ou mesmo populista. Foi esta diferença que dividiu as democracias e as esquerdas nos anos sessenta, incluindo no Verão Quente em Portugal. - Está sempre aberta e reflexão sobre a forma como a Democracia relaciona quem foi eleito e quem o elegeu. Sabe-se, pela História, que a suposta democracia direta colidiu, várias vezes, com a Democracia de base representativa. As Democracias Adjetivadas, sejam populares, diretas, de base, centralizadas, sempre criticaram as Democracias ocidentais de ter medo do Povo, mas sempre tiveram no combate à institucionalização do debate sem adjetivos, mas, como disse Churchill, esta tem demonstrado ser o melhor sistema, apesar de todos os defeitos. - Pergunta-se, o objetivo deste Órgão, a Assembleia Municipal, é efetivar as suas competências, ou seja, aprovar e analisar o que lhe compete ou antes abrir o Período para Esclarecimento e Intervenção do Público antes de se conhecer a discussão e a aprovação de documentos como os Orçamentos, os Plano de Atividades, as Contas, os Investimentos, os Plano Diretores Municipais, entre tantos outros, agendados, antes de serem apresentados por quem os propõe, e discutidos pelos Órgão, e mesmo de serem discutidos, a Assembleia? Desenvolve-se a Democracia e a Transparência a ausentar o Público quando esta Assembleia exerce o essencial das suas competências, centrada nas sua Agendas, secundarizando-a, deixando a Assembleia decidir sem Público a assistir? Subordina-se a competência fundamental do Órgão, a sua Agenda, com mais de 90% em discussões político-partidária não locais e menos 10% nas duas dezenas de pontos da Agenda, como aconteceu na última reunião? Quando se podem fazer petições e solicitar agendamentos do próprio órgão Assembleia Municipal, conforme definido em Lei, por 5% dos*



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

*eleitores, porque não se estimula a utilização deste mecanismo? - Neste último caso, a Lei diz 5%, e não um dois eleitores, não é por acaso, porque os órgãos em Democracia funcionam por representação legitimada de que o eleger. - Há suficientes casos históricos que demonstram que entre a denominadas democracias populares e diretas, os populismos e os totalitarismos não houve diferenças nos resultados finais, pois sempre degeneraram na tentativa de eliminar as democracia representativas e livres ou as eliminaram mesmo. Aparecem sempre com o objetivo dito de aprofundar o funcionamento dos órgãos democráticos, aproximá-los do povo, mas resultam sempre no impedimento que os seus membros eleitos funcionem em plena liberdade no processo de decisão. - É para impedir que isso acontece que o Código do Procedimento Administrativo, no seu artigo 161º, refere que são nulas as “deliberações de órgãos colegiais tomadas tumultuosamente” ou “sobre coação física ou moral”. Por isso o dito Período para Esclarecimento e Intervenção do Público, é exclusivo para pedir informações ou alertar para problemas e proibido de coagir ou interferir nas decisões do Órgão. - Em síntese, quer por espírito legal, quer pela defesa da transparência do processo deliberativo em Democracia e pela liberdade de decisão dos membros deste Órgão que não concordo com esta proposta concerta de alteração do Bloco de Esquerda ao Regimento, embora esteja sempre aberto a encontrar propostas e cenários de aprofundamento da sua ligação aos eleitos.” -----*

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria reprovou a proposta apresentada pelo BE com 18 votos contra (14 da bancada do PS, 2 da bancada do CDS, 1 da senhora Deputada Independente Dina Monteiro e 1 do Presidente da Junta de Freguesia de Muge), 6 votos a favor (3 da bancada do BE, 2 da bancada da CDU e 1 da bancada do PSD) e 1 abstenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo e Granho. -----

---- **Período de Intervenção Aberto ao Público.** -----

---- Encerrada a ordem de trabalhos o senhor Presidente deu a palavra ao público presente. ----

---- Interveio o senhor Nelson Lopes cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Não sendo município do Concelho de Salvaterra de Magos, gostaria de fazer uma intervenção. Antes de mais agradecer a excelente aula de direito administrativo, que o professor Madelino



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

nos deu, sinónimo que é uma pessoa que está atenta e que acompanha, de facto aquilo que são as regras de funcionamento dos órgãos democráticos, mas sobre a Escola Profissional não sendo munícipe deste Concelho, eu vi nascer este projecto e vi de facto a alma que foi colocada na altura pelos autarcas contra ventos e marés, porque a escola tem 28 anos, mas começou antes a ser sonhada, por uma pessoa com grande empreendedorismo, com uma dinâmica que não tínhamos na altura no Concelho, que foi a Dr.ª Salomé Rafael, e ao longo deste percurso muitas vezes partilhou comigo também e eu senti, porque tinha muitas ligações à Escola Profissional, o quanto difícil foi manter esta escola, e a minha posição aqui e eu vir hoje aqui esta noite, tem a ver com o facto de grande parte dos alunos que passaram por esta escola ao longo dos 28 anos, são oriundos da minha freguesia, de Samora Correia e conheci a evolução desses alunos, conheci alunos que estavam perdidos para aquilo que era o ensino regular e que aqui foram recuperados e que hoje são pessoas com carreiras muito bem sucedidas, conheci alunos que encontraram aqui o caminho para terem de facto uma caminhada de grande sucesso e em que a Escola Profissional foi fundamental para que isso tivesse acontecido, eu diria sem nenhuma dúvida, que a Escola Profissional não teria chegado até aqui se tivesse ficado sob a posse da Câmara logo no seu início, com esta Câmara ou com qualquer outra, em Salvaterra de Magos ou em qualquer outro ponto do país, porque foram muitas as dificuldades com que a gestão da escola se deparou, para conseguir ultrapassar e chegar aqui e foi muito difícil este percurso. Eu sei da mágoa que muitas vezes a Dr.ª Salomé e a sua família viveram, colocando o seu património e dando o seu nome, para poder assumir os compromissos que foram sempre honrados com todos os colaboradores da Escola Profissional, eu sei porque ela partilhava essas dores, e de facto foi graças à sua persistência, foi graças à sua dedicação, foi graças ao romantismo que colocou neste projecto que chegámos até aqui e não tenham dúvidas que este projecto extravasa as fronteiras de Salvaterra de Magos, como vos digo em Samora Correia não há ensino secundário e não tivesse havido a Escola Profissional e teríamos hoje uma geração muito pior preparada e teríamos consequências verdadeiramente preocupantes naquilo que era a falta de esperança e de expectativa dos jovens da minha terra que eu conheço muito bem, mas diria também de outros locais do Concelho de Salvaterra de Magos, ou do Concelho de Benavente. Dizer



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

também que, a importância da escola não se resume aos 56 postos de trabalho que são importantíssimos, não se resume apenas aos alunos que por aqui passaram, resume-se aquilo que é a vivência de Salvaterra de Magos, eu trabalho aqui e nos dias em que não há Escola Profissional esta vila praticamente não tem vida, é a Escola Profissional que a anima, há vários negócios que dependem da Escola Profissional, por isso é importantíssimo que preservem a Escola Profissional, eu diria como Samorense, que desejaria que ela fosse para Samora Correia, desejaria do fundo do coração, mas também não vos quero fazer essa traição, nós temos de resolver o nosso problema e temos que complementar aquilo que é a oferta da Escola Profissional de Salvaterra de Magos. Dizer também que ando pelo país inteiro, e de facto esta é a grande marca do Concelho de Salvaterra de Magos, mais forte que o mês da enguia, e com todo o respeito que tenho e que é importante também, mas esta é a grande marca, porque eu vou a hotéis, seja na Madeira, seja nos Açores, seja por vezes em Espanha e vejo jovens que já passaram pela Escola Profissional, eu vou a demonstrações de cozinha e vejo chefs que passaram pela Escola Profissional, eu vou a empresas e vejo jovens que passaram por aqui, eu conheço alunos que passaram por aqui em cursos como a comunicação, electrónica e nessas áreas e que são alunos de grande sucesso. Há um jovem que passou por aqui na área de comunicação, que faz as capas para os discos do Elton John, chama-se Ivo Bernardo, portanto há muitos jovens que se não fosse a Escola Profissional não teriam chegado ao patamar de excelência onde hoje estão, por isso a escola é um motivo de orgulho não só para vocês, muitas vezes em Samora Correia tenho defendido, eu tive muitas lutas com directores de agrupamentos de escolas que consideravam que a Escola Profissional era a penitenciária para os alunos que se portavam mal e muitas vezes contrariei com conhecimento de causa que não era assim, e o tempo veio a dar-nos razão, a Escola Profissional não é hoje uma alternativa, é para a maioria dos jovens uma primeira opção, e por isso congratulo-me com o facto de ter surgido uma solução, fosse ela qual fosse, o importante era a continuidade da escola, creio que está em boas mãos, conheço a direcção, conheço o staff e quero congratular e parabenizar toda a Assembleia, pela forma como tomaram uma decisão sensata e creio que vai honrar naturalmente aquilo que são os pergaminhos desta Escola Profissional de Salvaterra de Magos.” -----



*Município de Salvaterra de Magos*  
*Assembleia Municipal*

**Sessão Ordinária de 28/06/2018**

**ACTA N.º 6**

---- No final da sessão procedeu-se à leitura da minuta da acta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

---- Encerramento da Reunião. -----

---- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião era 00:13 horas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, \_\_\_\_\_

O 1.º Secretário \_\_\_\_\_

O 2.º Secretário \_\_\_\_\_